

Tecnologias Educacionais para a Docência  
em Educação Profissional e Tecnológica

**SALATIEL DA ROCHA GOMES**

**PLANEJAMENTO  
EDUCACIONAL  
E PROCESSOS  
DE AVALIAÇÃO  
NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA**

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
Joelma Monteiro de Carvalho  
**(org.)**

 *editora*  
**UEA**

**PLANEJAMENTO  
EDUCACIONAL  
E PROCESSOS  
DE AVALIAÇÃO  
NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA**

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima  
**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Katia do Nascimento Couceiro  
**Vice-reitora**

Nilson José de Oliveira Junior **Pró-Reitor de Administração**  
Raimundo de Jesus Teixeira Barradas **Pró-Reitor de Ensino de Graduação**  
Darlism Sousa Ferreira **Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**  
Roberto Sanches Mubarak Sobrinho **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Joésia Moreira Julião Pacheco **Pró-Reitora de Planejamento**  
Valber Barbosa Martins **Pró-Reitor de Interiorização**

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

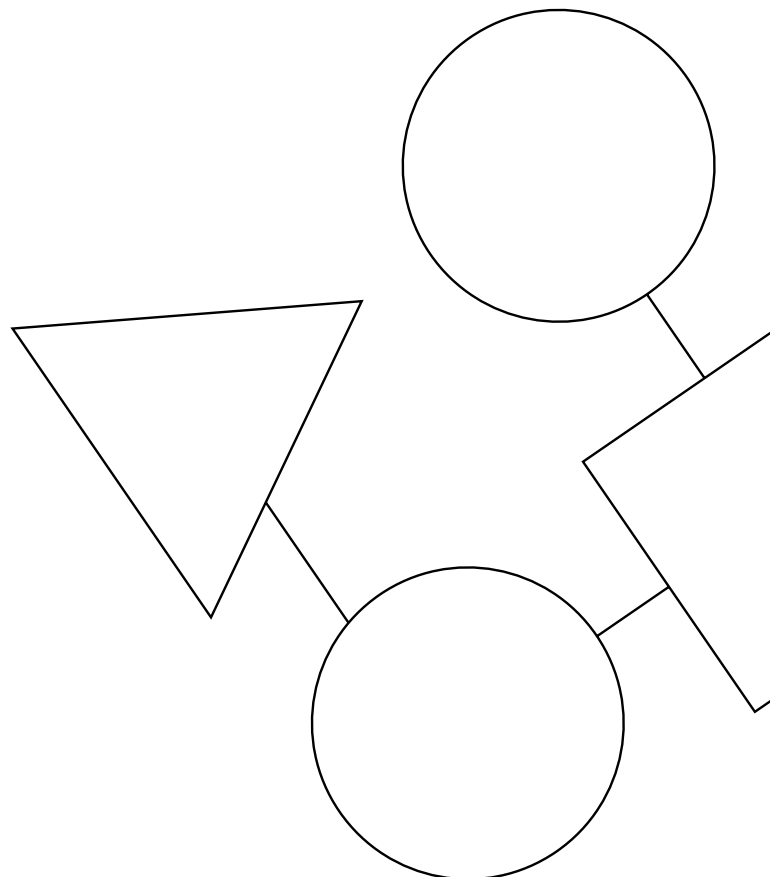
José Augusto de Melo Neto  
**Diretor-presidente**

Curso Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
**Coordenação Pedagógica do Curso**

Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
**Coordenação Administrativa**

Joelma Monteiro de Carvalho  
**Técnica de Planejamento Educacional**



editora **UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann

**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas

**Secretária Executiva**

Síndia Siqueira

**Editora Executiva**

Samara Nina

**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Furtunato Maia

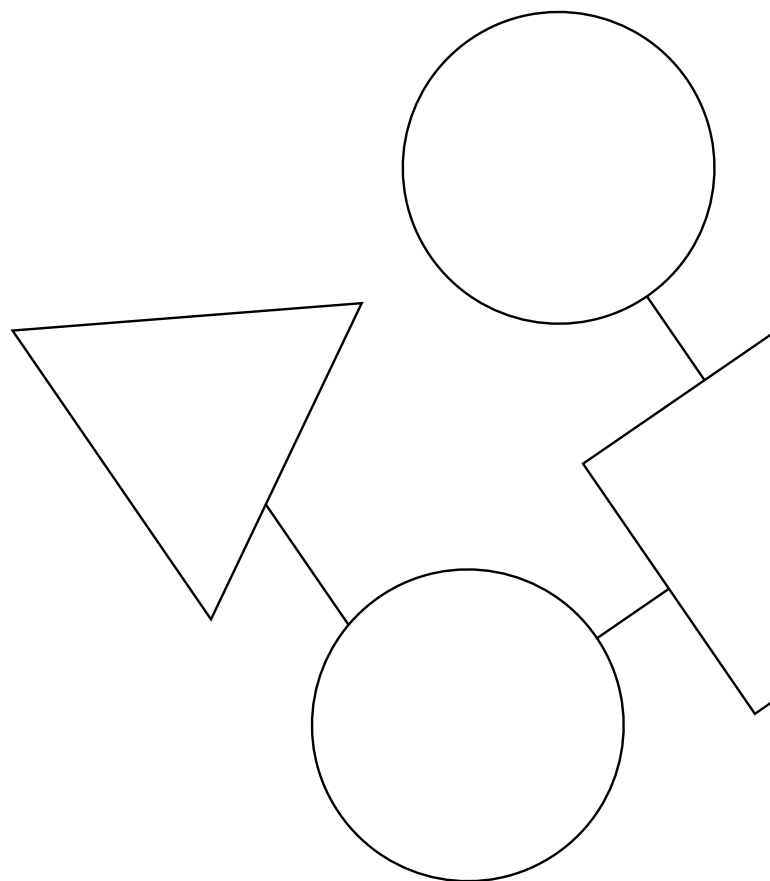
Jucimar Maia da Silva Júnior

Manoel Luiz Neto

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

**Conselho Editorial**





Tecnologias Educacionais para a Docência  
em Educação Profissional e Tecnológica

**SALATIEL DA ROCHA GOMES**

# **PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
Joelma Monteiro de Carvalho  
**(org.)**



Tecnologias Educacionais  
para a Docência em  
Educação Profissional e  
Tecnológica

*editora*  
**UEA**

Síndia Siqueira  
**Coordenação Editorial**

Síndia Siqueira  
**Revisão**

Raquel Maciel  
**Projeto Gráfico**

Raquel Maciel  
**Finalização**

Raquel Maciel  
**Diagramação**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas

Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

G633p  
2022

Gomes, Salatiel da Rocha  
Planejamento educacional e processos de avaliação na educação  
profissional e tecnológica/ Salatiel da Rocha Gomes; Organizadoras:  
Danielle Pompeu Noronha Pontes, Ingrid Sammyne Gadelha  
Figueiredo e Joelma Monteiro de Carvalho.  
– Manaus (AM): Editora UEA, 2022.  
130 p.: il., color; Ebook.

Ebook, no formato PDF

ISBN: 978-85-7883-558-3

Inclui referências bibliográficas

1. Planejamento educacional I. Título II. Pontes, Danielle  
Pompeu Noronha, Org. III. Figueiredo, Ingrid Sammyne Gadelha,  
Org. IV. Carvalho, Joelma Monteiro de, Org.

CDU 1997 – 37

Editora afiliada:



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



## PREFÁCIO

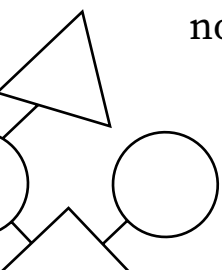
A expansão do atendimento da educação profissional e tecnológica tem sido expressiva nos últimos anos no estado do Amazonas, destacando-se por vários fatores. Entretanto, observa-se que todas as variáveis desta expansão têm como ponto de convergência a demanda crescente da sociedade e a atuação cada vez qualificada dos profissionais da educação.

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), a autarquia responsável por promover a EPT no âmbito estadual, além de também prestar serviços técnicos para atender às necessidades sociais do mundo do trabalho, vem superando as suas metas educacionais, principalmente por meio de parcerias interinstitucionais. Desta forma, a capilaridade de atendimento, já presente em todos os municípios do estado, vem se consolidando, independente das adversidades no percurso.

Na crise sanitária causada pela Covid-19 em 2020, por exemplo, os sistemas educacionais ao redor do mundo foram paralisados, impactando negativamente a vida de milhares e milhares de alunos. Na educação profissional não foi diferente e, no Amazonas, o CETAM precisou se reinventar para retomar o atendimento dos seus alunos.

Uma das soluções encontradas foi a elaboração de um guia metodológico para nortear o planejamento e a execução das atividades no contexto do ensino remoto. Este guia foi resultado de uma construção coletiva, baseada em casos práticos dos planos de aulas do CETAM, mas também serviu como referência para outras instituições.

Em paralelo, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas passou a investir em infraestrutura e conectividade, o que possibilitou a instalação de 56 (cinquenta e seis) novos pontos de internet em 44 (quarenta e quatro) municípios, diminuindo a desigualdade digital no campo da EPT no estado e criando alternativas de atendimento.

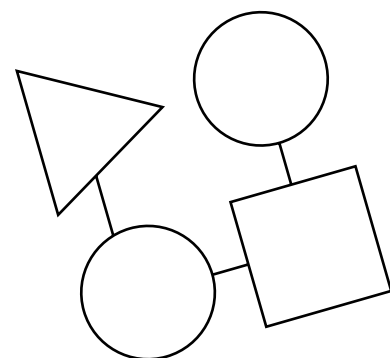
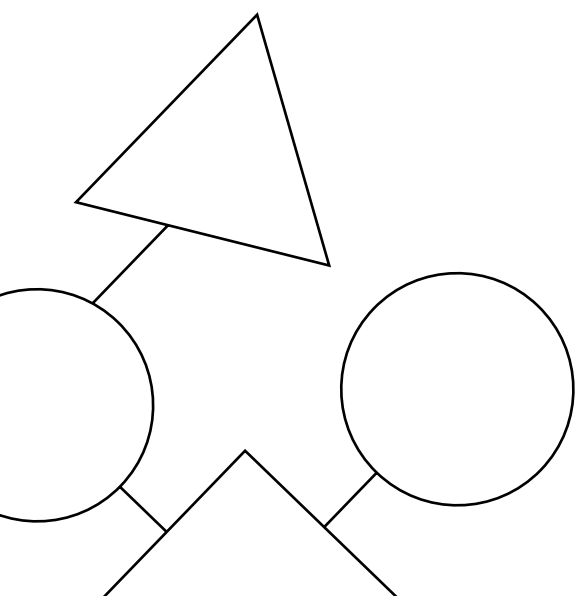


Na ampliação deste desafio educacional, o CETAM propôs para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que a terceira turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em *Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica* se baseasse na metodologia de ensino remoto e fosse exclusiva para os municípios do interior do estado do Amazonas. A UEA aceitou o desafio e, de forma inédita, 709 (setecentas e nove) vagas foram ofertadas para 18 (dezoito) municípios, o que possibilitou uma melhor qualificação aos docentes da EPT do CETAM nessas localidades.

Como parte do resultado, esta coletânea de e-books a ser distribuída aos egressos é uma demonstração válida do retorno da aprendizagem alcançada. A conquista individual de cada aluno está sendo socializada para o coletivo visando ao desenvolvimento da EPT no Amazonas.

A dificuldade no acesso e a limitação da infraestrutura técnica na região amazônica são desafios ainda a serem vencidos, mas o resultado da parceria entre o CETAM e a UEA demonstrou que o atendimento em meio à adversidade é possível e que a verdadeira inovação passa pelo investimento na metodologia de formação das pessoas e pelo comprometimento dos professores e alunos.

*Prof. Dr. José Augusto de Melo Neto*  
Diretor-presidente do Centro de Educação  
Tecnológica do Amazonas – CETAM







## APRESENTAÇÃO

A formação de professores para o Ensino Profissional e Tecnológico tem se mostrado um grande desafio para expansão, interiorização e democratização da formação tecnológica, principalmente quando considerado o contexto amazônico. No sentido de contribuir na solução deste desafio e fortalecer a educação do Estado do Amazonas, em 2017 foi criado o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pela Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (EST/UEA) em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), com o objetivo de habilitar profissionais para atuarem na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nas esferas da docência, da ação técnico-pedagógica, da gestão de cursos, projetos e programas de EPT, com vistas à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos processos na EPT.

A formação continuada, ofertada por meio do referido curso, explora as tecnologias educacionais em seus componentes curriculares de maneira transversal, permitindo aos alunos um desenvolvimento integrado aos novos tempos pós-pandemia, e preparando a comunidade acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para novos desafios como, por exemplo, a EPT a distância.

Com o objetivo de divulgar os saberes ministrados no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica, a UEA e o CETAM desenvolveram uma coletânea de livros digitais, na qual este e-book está inserido, como um dos resultados da execução da terceira turma do referido curso.







O projeto pedagógico deste curso está alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no seu Título VI (DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO), inciso II do art. 63 e art. 65, que dispõe sobre programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior, bem como apoiado na Resolução CNE/CP n.º 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância aos dispositivos legais para a formação docente, o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica é voltado aos profissionais que atuam na EPT no âmbito do Governo do Estado do Amazonas, para atendimento de demanda específica, proveniente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

Neste sentido, foram ofertadas 3 (três) turmas entre o período de 2017 a 2022, em que se registra que a primeira e a segunda turma habilitaram, respectivamente, 128 (cento e vinte e oito) e 207 (duzentos e sete) profissionais a atuarem como instrutores na EPT, residentes na capital do Estado do Amazonas. Já a terceira turma, foi desenhada para atender as especificidades dos municípios do Estado do Amazonas, considerando as características tanto do meio quanto da realidade do discente, contemplando aproximadamente 700 (setecentos) profissionais residentes fora da capital, e distribuídos em 18 (dezoito) municípios, a saber: Barreirinha, Carauari, Coari, Codajás, Eirunepé, Guajará, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga, Tefé e Urucurituba.

Para atender as singularidades desses 18 (dezoito) municípios, o curso foi ofertado na modalidade híbrida – presencial mediada por tecnologia, com suporte pedagógico por meio desta coletânea





de e-books, e com atividades remotas (síncronas e assíncronas) e/ou atividades presenciais, conforme a especificidade de cada componente curricular e de cada município contemplado.


Os alunos de cada turma contaram com a orientação e o acompanhamento exclusivo de Professores de Apoio Local, juntamente com o apoio acadêmico e pedagógico de Coordenadoras de Áreas. A metodologia de ensino proposta para a realização do curso foi diversificada e adequada ao objetivo de cada componente curricular, de forma a garantir a consolidação da aprendizagem do discente.


Cada componente curricular foi desenvolvido por um Professor Conteudista, responsável por elaborar todo o material didático utilizado no curso, compondo os e-books que reúnem os conteúdos de cada disciplina, desenvolvidas no âmbito deste projeto, assim como os respectivos Planos de Aula, Roteiros de Aprendizagem e Roteiros de Avaliação.

Os componentes curriculares do curso totalizam uma carga horária de 360 (trezentas e sessenta) horas, distribuídas em 11 (onze) disciplinas. Ao final do curso, no último componente curricular, denominado de “Prática Docente na Educação Profissional e Tecnológica”, cada estudante elaborou um Plano de Ação e o sistematizou, por meio de um relatório científico, para fins de apresentação no seminário de encerramento do curso. Assim, os estudos socializados acenam para a missão da UEA e do CETAM, do compromisso social e acadêmico, firmados com os municípios do Estado do Amazonas.

Esta coletânea de livros digitais é composta por 11 e-books que contemplam todos os componentes pedagógicos do curso, e foram desenvolvidos especificamente para atender a diversidade amazônica e seus povos, adaptados à singularidade de cada município, de forma planejada a garantir a promoção do conhecimento dos conteúdos de cada componente curricular.

Como contribuição acadêmica científica e social, esta coletânea de e-books pode ser utilizada por **Docentes e Tutores** como objeto de aprendizagem, em que possibilitará a socialização do conteúdo desenvolvido

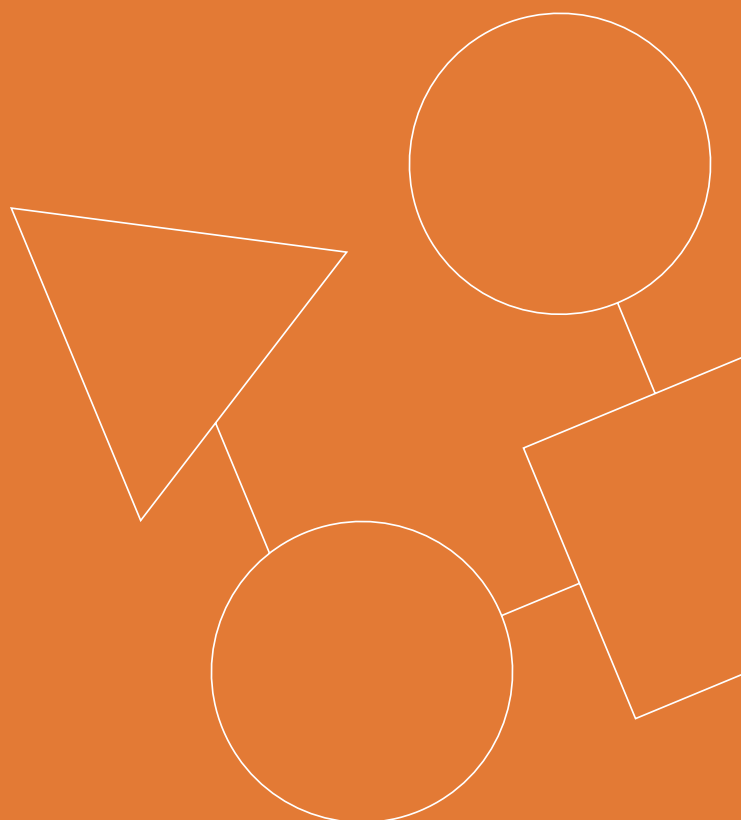




em sala de aula e as atividades apresentadas em cada unidade, bem como pelos **Alunos** em formação, de forma autodidata, permitindo compreender o conteúdo e realizar as atividades, de acordo com os roteiros apresentados.

Sendo assim, este trabalho possibilitará estabelecer novos olhares acerca das tecnologias e seus processos formativos, o qual contribuirá para minimizar os desafios da docência no campo da Educação Profissional e Tecnológica, bem como estimular o conhecimento das necessidades do desenvolvimento profissional e de como fomentá-lo.

*Danielle Pompeu Noronha Pontes*  
*Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo*  
*Joelma Monteiro de Carvalho*  
As organizadoras







# SUMÁRIO

<b>14</b>	<b>APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR</b>
<b>16</b>	<b>PLANO DE ENSINO</b>
<b>20</b>	<b>UNIDADE I – PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÕES E FINALIDADES</b>
21	1.1 – Planejamento do trabalho docente: por que, como e para que planejar?
25	1.2 – O Planejamento e suas finalidades
29	1.3 – As múltiplas concepções sobre Planejamento Educacional
30	1.3.1 – Concepção Tradicional do Planejamento em EPT
31	1.3.2 – Concepção Pragmática do planejamento em EPT
32	1.3.3 – Concepção Crítica do planejamento em EPT
36	Referências
<b>39</b>	<b>UNIDADE II – ETAPAS, NÍVEIS E TIPOS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>
40	2.1 – O planejamento educacional: no âmbito dos sistemas e redes de ensino
43	2.2 – O planejamento institucional: no âmbito das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica
46	2.2.1 – Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
65	Referências
<b>67</b>	<b>ATIVIDADE AVALIATIVA Nº 1</b>





**72 UNIDADE III – O PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO ENSINO: O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM QUESTÃO**

74 3.1 – Plano de Ensino

80 3.2 – Plano de Unidade

81 3.3 – Plano de Aula

82 3.4 – Plano de Intervenção

85 Referências

**87 UNIDADE IV – PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÕES, CONCEITOS, PRINCÍPIOS E TIPOS**

88 4.1 – Avaliação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica: o olhar externo que “ainda” precisa ser potencializado

90 4.2 – Avaliação Institucional Interna

96 4.3 – Avaliação de Aprendizagem: por que um olhar específico para os processos da EPT?

104 4.3.1 – A avaliação da aprendizagem durante os Estágios Supervisionados da Educação Profissional e Tecnológica

108 4.3.2 – Avaliar e reconhecer os saberes adquiridos no mundo do trabalho

109 4.4 – Técnicas, Modelos e Instrumentos de avaliação

117 Referências

**120 ATIVIDADE AVALIATIVA Nº 2**

**128 LISTA DE SIGLAS**

**129 SOBRE O PROFESSOR CONTEUDISTA**



## APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

**Curso:** Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

**Disciplina:** Planejamento Educacional e Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica

**Professor Conteudista:** Dr. Salatiel da Rocha Gomes

Prezado(a) cursista,

O componente Curricular “Planejamento Educacional e Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica” tem como objetivo compreender as etapas, níveis, tipos e processos de planejamento educacional e de avaliação relacionados à Educação Profissional e Tecnológica – EPT, a partir de seus fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos. Para alcançar esse objetivo, você terá este e-book para seus estudos neste componente curricular, o qual foi dividido em 4 (quatro) unidades, organizadas da seguinte forma:


**Unidade I:** Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Finalidades.

**Unidade II:** Etapas, Níveis e Tipos de Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica.

**Unidade III:** O Planejamento no âmbito do Ensino: O contexto da Educação Profissional e Tecnológica em questão.

**Unidade IV:** Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções, Conceitos, Princípios e Tipos.

O Componente Curricular será realizado em 45 horas, visando o desenvolvimento dos assuntos relacionados ao Planejamento Educacional e Avaliação, especialmente as que envolvem a Educação



Profissional e Tecnológica. Para o aprofundamento dos conteúdos de cada unidade, é fundamental que acesse todos os conteúdos disponíveis no e-book, bem como realize as atividades solicitadas. Teremos 2 (duas) atividades avaliativas, contemplando os conhecimentos abordados nas 4 (quatro) unidades. Ao final da unidade II, você encontrará a primeira atividade avaliativa e, ao final da unidade IV, apresentaremos a segunda atividade avaliativa.

O professor de apoio local estará acompanhando você para tirar dúvidas sobre os conteúdos e sobre os procedimentos das atividades. Espero que aproveite bem tudo o que foi planejado e que se sinta motivado a cooperar com os colegas e com o professor de apoio local!

*Dr. Salatiel da Rocha Gomes*  
Professor Conteudista



## PLANO DE ENSINO

<b>Curso:</b> Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica	<b>Categoria do Curso:</b> Pós-Graduação Lato Sensu
<b>Disciplina:</b> Planejamento Educacional e Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica	<b>Carga Horária:</b> 45 horas
<b>Professor Conteudista:</b> Dr. Salatiel da Rocha Gomes	

### OBJETIVO GERAL

Compreender as etapas, níveis, tipos e processos de planejamento educacional e de avaliação relacionados à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a partir de seus fundamentos teóricos, metodológicos e epistemológicos.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o planejamento de ensino a partir de suas fases, níveis, tipos e procedimentos envolvendo a preparação, o desenvolvimento e avaliação.
- Identificar as concepções, conceitos, princípios e tipos de avaliação, assim como reconhecer algumas das técnicas e instrumentos.
- Conhecer as inter-relações entre Planejamento e Planejamento Educacional e avaliação educacional, voltado à Educação Profissional e Tecnológica - EPT, considerando seus princípios e os aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e educacionais.
- Mapear os saberes pertinentes à atuação docente na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, correlacionando-os às práticas de planejamento e avaliação.



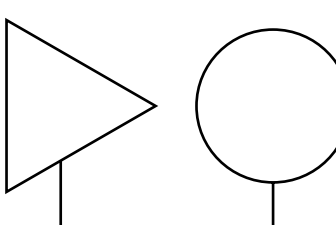
## EMENTA

O planejamento em educação. O processo do planejamento de ensino. Planejamento do trabalho docente: por que, como e para que planejar? Planejamento educacional: níveis, tipos, etapas e componentes. Avaliação: concepções, conceitos, princípios e tipos. Técnicas e instrumentos de avaliação. Avaliação de competências.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

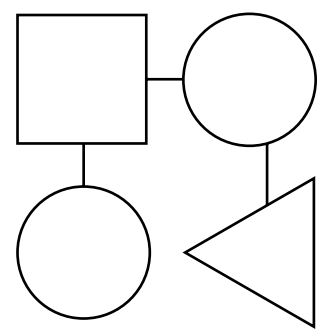
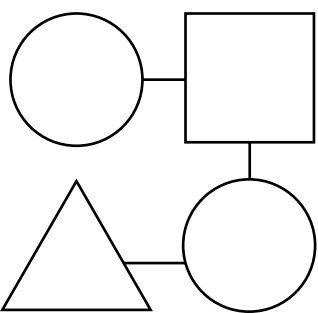
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica*. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021.
- BARATO, J. N. *Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para o ensino profissional*. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Loj/Desktop/Jarbas%20Barato%201.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BARATO, J. N. *Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica*. Brasília: UNESCO, 2015.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORAES, G. H. et al. (org.). *Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

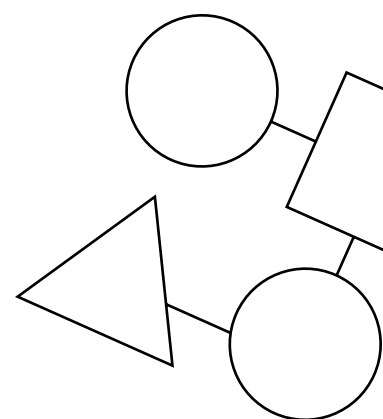
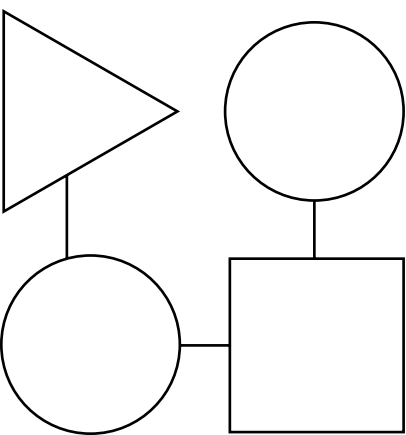
- ANASTASIOU, L. G. C. Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação. In: CUNHA, M. I. (org.). *Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária*. Campinas: Papirus, 2007.
- GANDI, D. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo: Edições Loyola, 1994. (ABC do Brasil).
- VASCONCELOS, C. S. *Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 2007.
- 

## ESTRUTURA GERAL

Programação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade 1: Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Finalidades</li> <li>• Unidade 2: Etapas, Níveis e Tipos de Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica</li> <li>• Unidade 3: O Planejamento no âmbito do Ensino: O contexto da Educação Profissional e Tecnológica em questão</li> <li>• Unidade 4: Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções, Conceitos, Princípios e Tipos</li> </ul>			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	QUANT. DIAS/ AULAS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS DIDÁTICOS	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO / INSTRUMENTOS
Unidade I  Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Finalidades	04 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar leitura dos tópicos da unidade</li> </ul>	E-book	-
Unidade II  Etapas, Níveis e Tipos de Planejamento Educacional na Educação Profissional e Tecnológica	05 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar leitura dos tópicos da unidade</li> </ul>	E-book	Atividade Avaliativa I – Proposta de Implementação de um Curso de EPT  Valor: 5,0 (cinco) pontos



<p>Unidade III</p> <p>O Planejamento no âmbito do Ensino: O contexto da Educação Profissional e Tecnológica em questão</p>	05 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar leitura dos tópicos da unidade</li> </ul>	Leitura do e-book	-
<p>Unidade IV</p> <p>Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica: Concepções, Conceitos, Princípios e Tipos</p>	07 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar leitura dos tópicos da unidade</li> </ul>	<p>Leitura do e-book</p> <p>Visualização de vídeos</p>	<p>Atividade Avaliativa II – Elaboração de um Plano de Aula voltado à EPT</p> <p>Valor: 5,0 (cinco) pontos</p>





## UNIDADE I – PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÕES E FINALIDADES



**Fonte:** Activesoft, s.d.

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será sim um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político-social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científicas na medida em que não pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter resultados (LUCKESI, 2001, p. 108).

A epígrafe dessa unidade é uma reflexão de Cipriano Luckesi sobre a complexidade do Planejamento, o qual não se limita a um ato. Para o autor, é uma interlocução de diferentes campos, saberes e dimensões. Por isso, o ato pedagógico é um ato intencional, que vai além do campo técnico, e que contempla as diferentes realidades e as dimensões da vida humana. É, portanto, um ato coletivo e reflexivo,

com bem aponta Padilha (2001), e presente em todos os momentos da vida humana (KENSKI, 1995).

O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando a concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir do resultado das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30).

Nesse direcionamento, o planejamento, seja ele macro ou micro, é um instrumento que direciona as ações, objetivos e finalidades. Nas palavras de Sobrinho (1994), é um processo de busca de equilíbrio entre meio e fins, entre recursos e objetivos, visando sempre a melhoria contínua e diária, de todo o sistema educacional.

Na Educação Profissional e Tecnológica, o planejamento possui concepções e finalidades, envolvendo os processos de gestão administrativa e pedagógica, que serão relatados nos próximos tópicos.

### **1.1 Planejamento do trabalho docente: por que, como e para que planejar?**

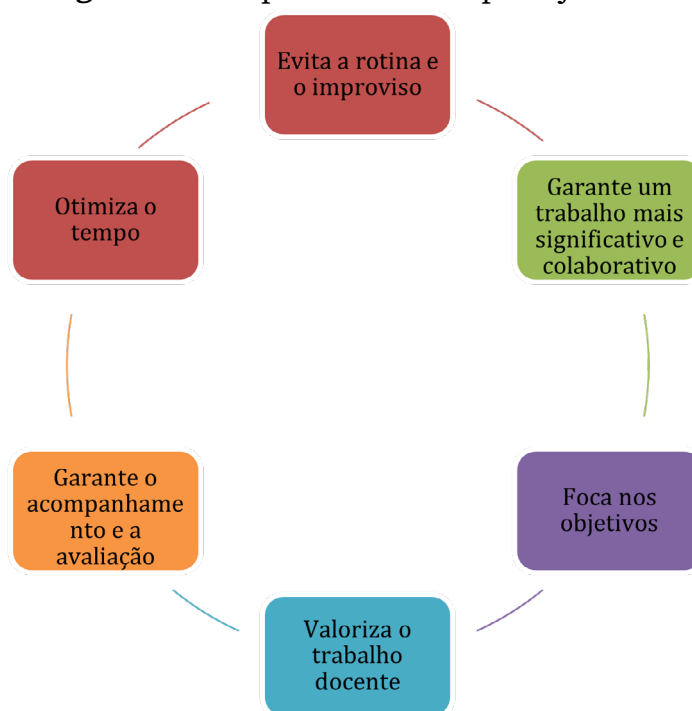
O docente da Educação Profissional e Tecnológica tem muitos desafios. Primeiramente, o de romper com a visão dualista e fragmentada sobre sua ação, que o apresenta como um “transmissor de conhecimento”, por vezes, considerado como um “instrutor”, no sentido apenas de instruir ou de transmitir algo. É mais que isso. Sua ação, como bem afirma Libâneo (1994), envolve todo um processo de sistematização e organização, articulando e desenvolvendo, pela transposição didática, os saberes de determinada área. Nessa perspectiva, todo o planejamento elaborado pelo docente deve considerar a inter-relação das dimensões políticas e técnicas, vinculada a uma realidade social, conforme reflexão abaixo:

Identifico-me com os que pensam que o professor, em sua trajetória profissional, se desenvolve em três dimensões: a sua formação sócio-política, ou seja, autoconstrução de um

perfil pessoal adequado à profissão docente; a formação técnica bem fundamentada na ciência, a arte da docência propriamente dita. A terceira dimensão corresponde ao domínio das especificidades da profissão docente e dos fundamentos dos processos de aprendizagem (OLIVEIRA JR., 2008, p. 8).

Libâneo (1994) faz ainda uma observação que merece registro. Para ele, o ato de planejar não se reduz ao cumprimento de rotinas administrativas, como preenchimento de formulários ou de entrega de documentações; é uma ação consciente fundamentada em opções político-pedagógicas, e que consideram situações didáticas concretas, conforme mostra a figura abaixo:

**Figura 1** – Perspectivas de um planejamento



**Fonte:** Adaptado de Silva (2017) e Piletti (1990).

Conforme mostra a figura acima, todo o planejamento, em qualquer área, tem como objetivo estabelecer uma ação organizada, otimizada, significativa e, sobretudo, participativa. É durante o planejamento que são levantadas as demandas, as dificuldades, os desafios, as exigências, o público-alvo, as prioridades, assim como todos os recursos necessários.

De acordo com Fusari (2008) a falta de um planejamento pedagógico, aliada à falta de condições adequadas de trabalho, tem gerado fragilidades e improvisação no processo de ensino-aprendizagem. Vale a pena ressaltar, a partir da reflexão de Fusari (2008), que há uma compreensão equivocada de que apenas a “experiência” do docente é suficiente para dar conta dos objetivos de aprendizagem que foram delineados no projeto pedagógico de curso. Para Moretto (2007, p. 100) “há, ainda, quem pense que sua experiência como professor seja suficiente para ministrar suas aulas com competência”.

Essa improvisação, além de ser frequente, é um fator preocupante, sobretudo, na Educação Profissional e Tecnológica. Em outras palavras, não se pode considerar que somente a experiência de um profissional, mesmo que tenha bastante expertise e envolvimento no componente curricular/disciplina que irá ministrar, será suficiente para dar conta de toda complexidade que envolve o processo de ensino-aprendizagem. Um dos desafios que demonstram essa complexidade é descrito com muita clareza por David *et al.* (2011, p. 14), a saber:

Historicamente, o grande desafio da educação tem sido reconhecer a diversidade de alunos que se encontram nos sistemas de ensino, em termos de ritmos, estilos, interesses e potencialidades a fim de permitir que um maior número possa se beneficiar de contextos educacionais que favoreçam um desenvolvimento pleno. Num momento em que a instituição escolar considera fundamental o planejamento e a implementação de uma ação educativa que promova o desenvolvimento e a aquisição de competências sociais e pessoais, com vista ao desenvolvimento global do aluno, tornou-se essencial a reflexão acerca da natureza de tais competências e o desenvolvimento de meios para sua avaliação.

No âmbito educacional, esse processo é um elemento indispensável e, além de ser democrático, necessita ser pensado a partir dos princípios que norteiam a educação nacional, ou seja, necessita garantir o acesso e a permanência de todos. Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, todo o processo de

planejamento institucional ou curricular necessita contemplar os seguintes princípios:

**Figura 2** – Princípios da Educação Profissional e Tecnológica

Articulação com o setor produtivo	Utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade
Respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;	Articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os Arranjos Produtivos Locais
Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional	Observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, ou superdo1/2
Centralidade do trabalho, assumido como princípio educativo e base para a organização curricular	Observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade
A pesquisa como princípio pedagógico	Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais
Indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem,	Reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes
Interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica,aprendizagem,	Autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados
Estratégias de colaboração entre os ofertantes de educação profissional e tecnologicapolítico-pedagógico	Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso
Promoção da inovação em todas as suas vertentes	Autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Brasil (2021).

Portanto, em qualquer modalidade de ensino, todo o processo de ensino-aprendizagem deve ser subsidiado por um ato pedagógico qualificado, o que nos faz pensar sobre a fecundidade de um planejamento organizado, sistematizado e dialogado a partir da realidade.

## 1.2 O Planejamento e suas finalidades

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim, é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico instrumental (FREIRE, 1986, p. 23).

Iniciamos essa subseção, que apresentará algumas das finalidades do processo de planejamento, evocando um trecho de uma reflexão de Paulo Freire, que evidencia a função política do planejamento, que preconiza por uma perspectiva de transformação social.

De forma geral, Vasconcelos (2007, p. 62) apresenta algumas finalidades do planejamento, e podemos relacioná-las às ações de planejamento da Educação Profissional e Tecnológica.

Despertar e fortalecer a esperança na história como possibilidade; ser instrumento de transformação da realidade; resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re)significação do trabalho, o resgate do sentido da ação educativa; combater a alienação: explicitar e criticar as pressões sociais e os compromissos ideológicos; tomar consciência de que projeto está se servindo; dar coerência à ação da instituição, integrando e mobilizando o coletivo em torno de consensos (provisórios); superar o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição; ajudar a prever e superar dificuldades; fortalecer o grupo para enfrentar conflitos e contradições; racionalizar os esforços, o tempo e os recursos (eficiência e eficácia): utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional.

O Planejamento na Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, as seguintes finalidades:

- Realizar todo o processo de organização, acompanhamento e avaliação do trabalho docente;
- Garantir o acesso e a permanência dos estudantes, em todos os níveis da Educação Profissional e Tecnológica;
- Assegurar que todas as competências técnicas e socioemocionais, necessárias para a atuação no mundo do trabalho, serão abordadas e desenvolvidas durante a execução das ofertas;
- Explicitar todos os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, de modo a garantir os processos de formação humana integral nas ações e práticas.

É imprescindível sublinhar uma avaliação recorrente dos estudantes de EPT: a de conteúdo/competências/habilidades que já não foram desenvolvidas, ou que foram novamente trabalhadas pelo professor, sem que necessariamente não estivessem no programa do componente curricular/disciplina. **O planejamento é importante para sistematizar as atividades de acordo com o grau de complexidade.** Existem temáticas que precisam ser melhor explicitadas ou de um maior número de aulas, e esse dimensionamento só ocorrerá se o docente refletir e organizar a partir de um plano.

Outro entrave bastante evidenciado nas práticas de EPT, diz respeito ao planejamento “padrão e replicado”, sobretudo, em instituições onde não há professores com vínculo efetivos. Muitos acabam sendo contratados para determinado componente curricular/disciplina, que, sem realizarem uma análise reflexiva a partir das experiências formativas, apenas replicam em diferentes turmas o mesmo plano, sem nenhuma alteração ou ajuste.

De igual modo, as aulas nos laboratórios, oficinas, visitas técnicas necessitam de um planejamento, levando em conta, por exemplo, os espaços desses ambientes de aprendizagem, a quantidade permitida, os processos que necessitam e antecedem, as autorizações necessárias, solicitação de insumos, entre outros.

Cabe ainda destacarmos uma questão de identidade docente na Educação Profissional e Tecnológica. Muitos dos docentes da EPT não se consideram docentes, e, sim, “técnicos” ou “especialistas”

que “repassam” conhecimento aos alunos. Essa compreensão e representação de si reverbera na sua ação e potencializa uma concepção tradicional ou apenas pragmática da EPT.

Muitos professores não se reconhecem como docentes, mas como técnicos (engenheiros, biólogos, químicos, etc.). Isso evidencia uma resistência muito forte aos apelos por uma ação fundada nas contribuições da pedagogia. Parece estar impregnada entre os professores a concepção de que a formação profissional deve servir aos interesses do mercado. É real a dificuldade de trabalho na perspectiva do ensino integrado, em função do pouco entendimento deste princípio pedagógico, da falta de experiências concretas que possam servir de exemplos e da tradição cultural disciplinar em que foram formados (ARAÚJO, 2010, p. 490).

A partir das reflexões abordadas acima, que versam sobre a atuação do docente de EPT, sublinhando a importância do planejamento em sua prática, trazemos alguns exemplos<sup>1</sup>, que tratam de alguns elementos recorrentes nas ações da EPT.

**Exemplo I:** Em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, a professora Luciana foi contratada por conta da desistência de um professor que teve que fazer uma cirurgia de última hora. Por conta da urgência, o coordenador do curso ligou para a professora perguntando se ela poderia lecionar o componente curricular de Biossegurança em serviços de saúde, o que imediatamente aceitou, mencionando que já ministrou esse componente curricular várias vezes e que tem o plano de ensino “pronto”, assim como todos os materiais necessários. Quando chegou no primeiro dia de aula, percebeu que se tratava de uma turma de 40 alunos, com níveis diferentes de aprendizagem, e que a instituição estava com o laboratório de saúde em manutenção. Além disso, Luciana se deparou com as especificidades das competências do curso que ministrava, e dos problemas de recurso que a instituição não tinha, e, ao apresentar seu plano de ensino, uma das alunas perguntou sobre alguns conteúdos

---

1 Tratam-se de nomes fictícios.



que estavam no projeto pedagógico de curso, e que não estavam presentes no plano da professora.

**Exemplo II:** O professor Carlos ministra vários cursos e componentes curriculares na Educação Profissional e Tecnológica. Ao ser convidado para ministrar no Curso Técnico em Logística, realizou todo o seu planejamento do componente curricular/disciplina, com a carga horária de 60 horas, em 15 dias letivos. No entanto, no decorrer do componente curricular percebeu que já havia abordado todos os conteúdos em 10 dias, e, segundo ele, não tinha mais nada para trabalhar no componente.

Os exemplos acima descritos mostram as fragilidades de um processo de elaboração e organização do planejamento docente, assim como da coordenação da Instituição de Educação Profissional e Tecnológica. A partir dos exemplos acima, que aspectos você mencionaria como frágeis e que soluções poderiam ser realizadas para dirimir tais problemas? Converse com seu professor de apoio local e com seus colegas.<sup>2</sup>

### **PONTOS FRÁGEIS DESTACADOS NOS EXEMPLOS**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

<sup>2</sup> Não é uma atividade avaliativa, apenas reflexiva, para analisarmos alguns elementos que envolvem o planejamento docente na Educação Profissional e Tecnológica.

## PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO DOS PONTOS CONSIDERADOS COMO FRÁGEIS

---

---

---

---

---

### 1.3 As múltiplas concepções sobre Planejamento Educacional

É imprescindível reconhecer, conforme Santos *et al.* (2020), que a Educação Profissional e Tecnológica é imbricada ao trabalho e que o aprendizado do saber-fazer é estrutural nesse processo, pois é no exercício do fazer que se concretizam os conhecimentos e a formação obtida, portanto, relacionada à estrutura ocupacional e produtiva.

Abaixo, como ponto de reflexão, delineamos três concepções que permeiam a compreensão que se tem de Planejamento em EPT: a concepção tradicional, pragmática e Crítica. Essas concepções são formas de ver, planejar, compreender e atuar na EPT. É possível perceber tais concepções nas diretrizes curriculares da EPT, nos regimentos das instituições, nos projetos pedagógicos de cursos e nos planejamentos de ensino dos docentes.

**Figura 3** – Concepções da EPT



**Fonte:** Elaboração própria.

### 1.3.1 Concepção Tradicional do Planejamento em EPT

O planejamento das ofertas de Educação Profissional e Tecnológica, dentro de uma concepção tradicional, tem como principal característica o assistencialismo ou um linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho (CORDÃO, 2004), ou, como bem menciona Kuenzer (2002, p. 27), “obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua”. Essa concepção de EPT perdurou por muito tempo (ainda presente em certas instituições), entrelaçada por um campo de disputa e ideológico, como mencionado abaixo:

Ao lado da concepção assistencialista e compensatória surgiram a concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias, a concepção anarcossindicalista de educação integral e, finalmente, à visão de formação profissional para o mercado de trabalho (MANFREDI, 2016, p. 70).

Nesse sentido, são comuns, nesse processo de planejamento, narrativas reducionistas que consideram apenas como fundamentais as técnicas e procedimentos que os futuros profissionais terão que ter para gerar lucros e garantirem força de trabalho qualificada, por isso, muitas formações tornam-se “aligeiradas”. Moraes *et al.* (2020, p. 15) caracterizam essa concepção tradicional a partir de uma representação coletiva equivocada que se tem sobre a EPT.

Quando se fala em educação profissional, o senso comum tende a imaginar a figura de um homem, estudante de curso técnico, de uniforme sujo de graxa e com uma caixa de ferramentas nas mãos. Essa visão, ainda que represente um importante setor da formação profissional, é parcial, bastante presa ao antigo “ensino industrial”, mas que não representa mais a amplitude que a EPT tomou. Essa visão ignora que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrigando

um amplo espectro de cursos que vai desde a qualificação profissional de trabalhadores, passando pelos cursos técnicos, até chegar às formações superiores de graduação e pós-graduação, nas quais se incluem os mestrados e doutorados profissionais.

Dentro dessa representação coletiva que se tem sobre a EPT, o planejamento é realizado desconsiderando a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, assim como os diferentes níveis, processos e etapas que permeiam essa modalidade de ensino. Silva (2008, p. 34) descreve, de forma muito clara, a concepção de aula na EPT, dentro dessa vertente tradicional.

A aula tecnicista é invadida por materiais de instrução programada e instrução modelar, técnicas e recursos audiovisuais e forte utilização do livro didático, enfatizando a tendência de reprodução da realidade por modelos predefinidos, fortalecendo a ideologia política do momento (...) Sempre, ao final do processo, há a ênfase no produto acabado, desconsiderando a educação como processo (SILVA, 2008, p. 34).

Percebe-se, portanto, que essa concepção tradicional é restrita e direciona para o “mercado de trabalho” e não para o mundo do trabalho, com uma formação ampla e interdisciplinar.

### **1.3.2 Concepção Pragmática do planejamento em EPT**

A Concepção pragmática de planejamento em EPT preconiza sempre um currículo mínimo, que seja suficiente para que o egresso de determinado curso tenha condições de aplicar no mundo do trabalho. Ou seja, o planejamento é “focado” no essencial, pois, entende-se que outras competências ele só vai adquirir no local onde atuar, não reconhecendo o aspecto interdisciplinar, global e transdisciplinar dessa relação entre os saberes e fazeres, em outras dimensões do trabalho, como a social, ambiental, ética, estética e política. Almada (2013, p. 7) considera essa forma de compreender como utilitarista, a partir do seguinte aspecto:

A educação deve formar para o mercado de trabalho em menor tempo possível e ao menor custo possível. Ela deve atender as necessidades de mão de obra qualificada e altamente qualificada. Portanto, está estreitamente relacionada com o crescimento econômico e é indispensável para a formação do capital, ou seja, temos a prevalência da economia da educação com toda a sua força. Nesse sentido, o planejamento educacional está subordinado ao planejamento público global, fixado pelo Estado, um aparelho neutro voltado para o interesse público (...) é uma educação adaptada ao mundo rural e à melhoria da produção agrícola. Os jovens devem ser estimulados a permanecer no campo e serem líderes rurais. Não podem receber uma educação voltada para uma vida na cidade.

Nessa concepção, não há o devido reconhecimento dos diferentes saberes envolvendo a Educação Profissional e Tecnológica, o que faz com que existam dualidades e interpretações equivocadas sobre a EPT. Uma delas é a visão de que alguns cursos de EPT, envolvendo práticas manuais e operacionais, empregam menos recursos intelectuais/cognitivos ou de reflexão. Nesse sentido, a organização curricular é específica e totalmente voltada a alguns dos saberes que seriam necessários para que aquele trabalhador utilize posteriormente.

O planejamento dos docentes é realizado sempre a partir das competências **técnicas**, não integrando, por exemplo, os outros saberes necessários, como os socioemocionais. Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), nessa concepção, são elaborados por um ou mais especialistas da área técnica do curso, não sendo dialogados ou construídos por profissionais de outras áreas, o que fragiliza um dos princípios norteadores da EPT: o da interdisciplinaridade.

### **1.3.3 Concepção Crítica do planejamento em EPT**

Entende-se, como concepção crítica do planejamento em EPT, uma forma de compreensão que supera as dualidades e a lógica do capital, que se torna contra-hegemônica, ao planejar um curso dentro de uma perspectiva de mobilização, de articulação ou mesmo que busca autonomia e compreensão do mundo do trabalho a partir

dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A formação profissional, nessa concepção, é “marcadamente dialética, explicita as categorias da historicidade, da totalidade, da mediação e contradição na análise do planejamento educacional inscrito no planejamento ensejado pelo próprio capitalismo” (ALMADA, 2013, p. 6).

Nessa concepção, o planejamento compreende a educação como uma práxis social e, portanto, deve ser coletiva e transformadora. Para Dalmás (2011, p. 30), essa dinâmica de planejamento coletivo e sistemático “talvez seja o único caminho viável para se conseguir a renovação profunda das estruturas e das relações na educação formal”. No mesmo direcionamento, frisando o aspecto participativo como instrumento metodológico, Gandin (1994, p. 29) assinala que:

O planejamento participativo, enquanto instrumento e metodologia, isto é, enquanto processo técnico, abre espaços especiais para a questão política. As questões da qualidade, da missão e, obviamente, da participação são especialmente valorizadas. Mais do que isto, assumem um caráter de proposta de futuro para a instituição que se planeja, onde estão contidos um ideal do campo de ação, da instituição.

Para Cordão (2004), é crucial superar a concepção pragmática, que valoriza apenas a prática do “saber-fazer”. O autor considera a relevância de uma inteligência do trabalho, de visão crítica e estética a partir daquele processo de trabalho, ou seja, é preciso questionar se existem outras maneiras para aquele fazer e saber e por que escolheu-se fazer desta ou daquela maneira. Nesse mesmo enfoque epistemológico, Barato (2008, p. 5) menciona, a partir do conceito de “pedagogia das obras”, a múltipla dimensão de saberes envolvendo a Educação Profissional e Tecnológica.

Muitos trabalhadores celebram suas obras. Têm orgulho do que fazem. Esta constatação sinaliza dimensões axiológicas no interior das atividades produtivas, quase sempre ausentes em análises feitas por especialistas. É preciso considerá-la como um indicador de saberes que se constroem no e pelo trabalho. Duas vertentes teóricas podem nos ajudar a entender melhor a obra em práticas sociais voltadas

para a produção: Teoria da Atividade e recentes estudos no campo das comunidades de prática. O sentido da obra, iluminado pelas citadas vertentes teóricas, pode inaugurar um modo completamente novo de desenvolver atividades de educação profissional. Esse é um caminho capaz de oferecer uma alternativa mais próxima do saber do trabalho que a pedagogia da competência.

Nessa concepção, o processo de formação de docentes é contínuo, dinâmico e aberto, e não apenas uma “reunião de orientações”. Nesse direcionamento, há interlocuções, troca de experiências, socialização de práticas formativas e outras discussões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, fica claro o caráter basilar e essencial dessa concepção para potencializarmos o processo de planejamento e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica. As ofertas de EPT não podem aumentar as desigualdades e os problemas históricos que ainda perduram em nosso país. Precisa ser compreendida como uma práxis social que transforma e amplia as possibilidades. De ser, portanto, cidadã e justa!

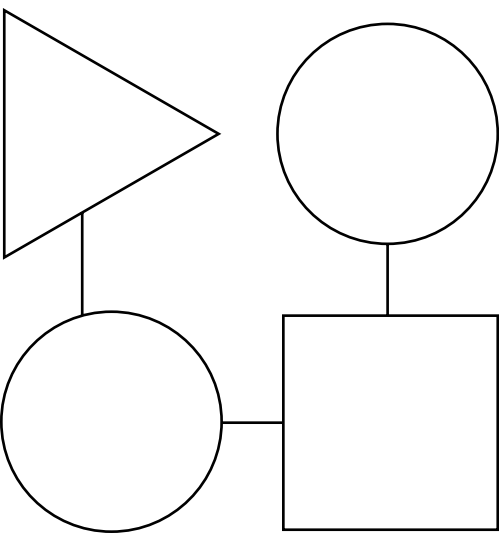
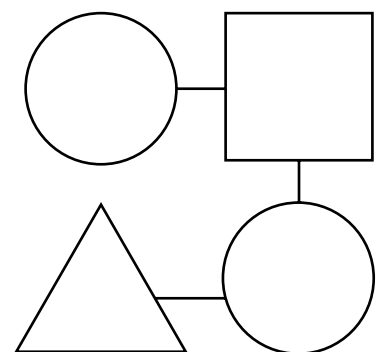
## RESUMO DA UNIDADE I

Nesta unidade, você aprendeu que:

- O processo de Planejamento é de suma importância para garantir a qualidade e a expansão das ações de Educação Profissional e Tecnológica;
- O planejamento da EPT deve ser coletivo e dialógico, e considerar as especificidades e dinâmicas do mundo do trabalho;
- Existem várias concepções de planejamento da EPT, as quais apresentam limitações e potencialidades.

## PARA REFLEXÃO

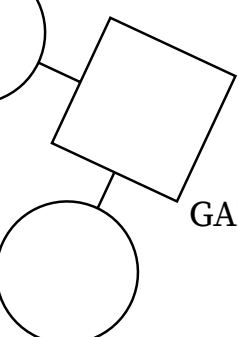
É impossível realizar o processo de ensino-aprendizagem sem o planejamento, porque o planejamento é uma coisa inerente ao ser humano. Então, sempre temos algum plano, mesmo que não esteja sistematizado por escrito. Agora, quando falamos em processo de ensino e aprendizagem, estamos falando de algo muito sério, que precisa ser planejado com qualidade e intencionalidade. Planejar é antecipar ações para atingir certos objetivos, que vêm de necessidades criadas por uma determinada realidade, e, sobretudo, agir de acordo com essas ideias antecipadas (Celso Vasconcelos, em entrevista à Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/296/planejar-objetivos>).





## REFERÊNCIAS

- ACTIVESOFT *Soluções em Gestão Educacional. Como fazer para ter um planejamento escolar de sucesso?* (s.d.). Disponível em: <https://activesoft.com.br/blog/como-fazer-para-ter-um-planejamento-escolar-de-sucesso/>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- ALMADA, J. U. P. S. Para além da trílica gandiniana: uma análise das concepções de planejamento educacional. *Jornal de políticas educacionais*, nº 13, p. 21-30, jan.-jun. 2013.
- ARAUJO, R. M. L. Formação de professores para a educação profissional e a necessária atitude docente integradora. In: DALBEN, A. *et al.* (org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção didática e prática de ensino)
- BARATO, J. N. *Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para o ensino profissional*. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Loj/Desktop/Jarbas%20Barato%201.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021.
- CORDÃO, F. A. *A LDB e a nova educação profissional*. 2004. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/281/boltec281b.htm>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- DAVID, A. P. M.; NAKANO, T. C.; MORAIS, M. F.; PRIMI, R. Competências criativas no ensino superior. In: WECHSLER, S. M.; NAKANO, S. *Criatividade no ensino superior: uma perspectiva internacional*. São Paulo: Vetor, 2011. p. 14-53.
- DALMÁS, Â. *Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FUSARI, J. C. *O planejamento do trabalho pedagógico algumas indagações e tentativas de respostas*. 2008. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_08\\_p.044-055\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p.044-055_c.pdf). Acesso em: 02 ago. 22.



GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes, 1994.

KENSKI, V. M. Avaliação da aprendizagem. In: VEIGA, I. P. A. (org.). *Repensando a Didática*. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.

KUENZER, A. Z. (org.) *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MANFREDI, S. M. *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MORAES, G. H.; Albuquerque, A. E. M.; SILVA, S. S. M. O.; SANTOS, R. Por uma Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica. In: MORAES, G. H. et al. (org.). *Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MORETTO, V. P. *Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências*. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA JR., W. *A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in)tenções*. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - Universidade Católica de Santos, 2008.

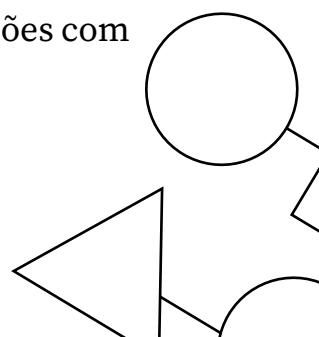
PADILHA, R. P. *Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

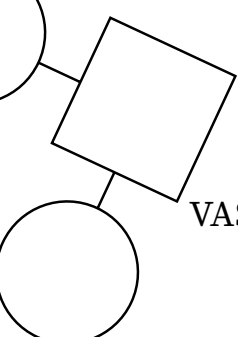
PILETTI, C. *Didática geral*. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, R.; MORAES, G. H.; SILVA, S. S. M. O.; ALBUQUERQUE, A. E. M. A educação profissional no Brasil: análise das diferenças ocupacionais e de rendimentos. In: MORAES, G. H. et al. (org.) *Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

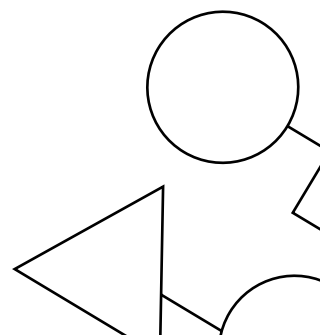
SILVA, E. F. A aula no contexto histórico. In: VEIGA, I. P. A. (org.). *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas: Papirus, 2008. p. 15-42.

SILVA, E. F. O planejamento no contexto escolar: pela qualificação do trabalho docente e discente. In: VILLAS BOAS, B. (org.). *Avaliação: interações com o trabalho pedagógico*. Campinas: Papirus, 2017. p. 25-38.

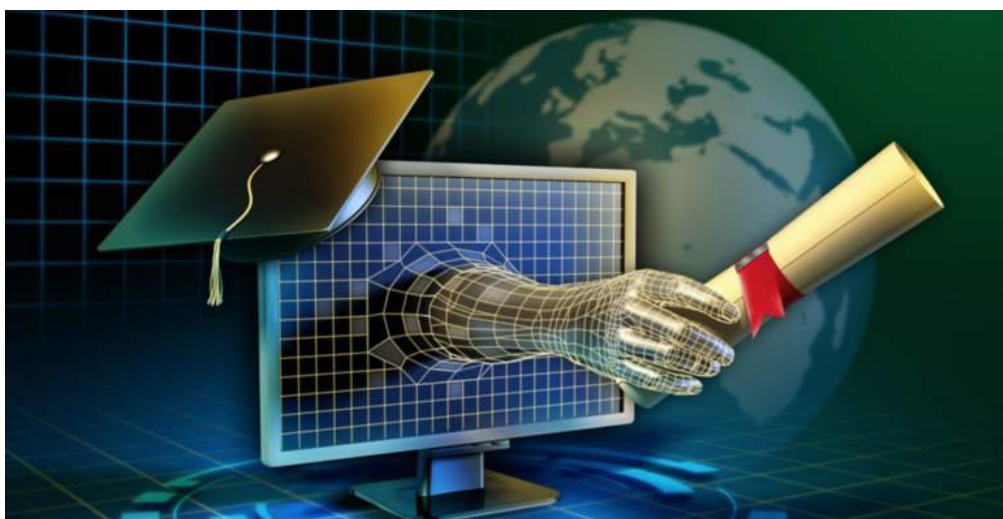




VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 17. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.



## UNIDADE II – ETAPAS, NÍVEIS E TIPOS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**Fonte:** Tormann, 2021.

Na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de Planejamento Educacional possui algumas especificidades. Uma delas é a necessidade de interlocução com o mundo do trabalho, por isso, todo planejamento de ofertas, de cursos experimentais, de atividades práticas ou mesmo de estágios supervisionados, necessita estar alinhado às demandas e dinâmicas do mundo do trabalho, como argumentado abaixo.

A revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que se exigem dos trabalhadores, em doses crescentes, sempre maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas (CORDÃO, 2004, p. 2).

Nessa perspectiva, o planejamento é compreendido como um processo organizado, processual e sistemático que envolve participação, decisões, ações e reflexão. Nesse sentido, no contexto educacional, possui níveis, etapas e tipos, os quais serão caracterizados nos próximos parágrafos.

**Figura 4** – Níveis de Planejamento na Educação Profissional e Tecnológica



**Fonte:** Elaboração própria.

## 2.1 O planejamento educacional: no âmbito dos sistemas e redes de ensino

O planejamento no âmbito dos sistemas e redes de ensino é aquele considerado como de “maior abrangência, correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais” (VASCONCELLOS, 2000, p. 95). Além disso, deve ser tratado de forma coletiva com as outras redes.

A intensificação do diálogo entre União, estados, Distrito Federal e municípios permitiu avançar na visão sistêmica da educação nacional como um todo e explicitar a necessidade e a importância da organização do sistema nacional de educação para a efetivação do Regime de Colaboração, realizando o sonho dos Pioneiros de construir a unidade nacional, respeitando a multiplicidade das especificidades locais (BORDIGON, 2011, p. 30).

No contexto nacional, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) realiza, junto às instituições de EPT, o planejamento das ações e programas voltados à EPT, de forma colaborativa e interligada às outras modalidades da educação.

**Figura 5** – Implementação da Política Estadual de EPT, no estado de Sergipe

## Sergipe inicia implementação da Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica

Sergipe

07.02.2022



**Fonte:** Consed, 2022.

Nesse sentido, em qualquer rede de ensino (Federal, Estadual ou Municipal), são realizados planejamento da EPT, de modo que sejam elaboradas ações ou metas que visam o fortalecimento dessa modalidade de ensino. É essencial ressaltar que essas ações necessitam fazer parte de uma política pública de Estado e não de governo. Vejamos abaixo algumas das ações planejadas para a EPT:



1. **Plano Nacional de Educação (2014-2024):** Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; e Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Algumas das ações previstas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) são realizadas em parceria com a Rede Estadual e Municipal de ensino, como os resultados apresentados abaixo:<sup>3</sup>

- Oferta de 148 mil novas vagas de Educação Profissional e Tecnológica por instituições parceiras, a partir de investimento do Programa Novos Caminhos.
- Publicação de edital para a criação de cinco novos polos de inovação, que se somam aos outros nove já existentes.
- Regulamentação da oferta de cursos técnicos por instituições privadas de ensino superior.
- Realização do evento “Educação no mundo 4.0”, que reuniu cerca de 3 mil participantes virtualmente entre os dias 8 e 15 de abril de 2020.
- Investimento de R\$ 76 milhões para aquisição e instalação de 1.026 usinas fotovoltaicas em todas as instituições da Rede Federal.
- Consolidação da Rede Federal: 274 obras concluídas e inauguração de oito novos Campi.

Sublinha-se, ainda, que, além da Rede Federal de Ensino, os estados e municípios realizam seus Planos Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica. O Novo Ensino Médio é um exemplo de como essa integração entre as redes necessita ser realizada para alcance das metas e objetivos traçados.

---

3 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12496&Itemid=800](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12496&Itemid=800)

## 2.2 O planejamento institucional: no âmbito das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica

O planejamento no âmbito da Instituição de EPT tem a finalidade de realizar um processo de reflexão e identidade, no qual estarão presentes as concepções, processos de trabalho e metas, as quais estarão alinhadas aos planos nacionais, estaduais ou municipais. A instituição de EPT descreverá, além de seus objetivos e metas, todo o processo de organização e funcionamento. Em nível institucional, o principal documento é o Projeto Político-Pedagógico, que, segundo Vasconcellos (2000, p. 143), “é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa”.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (SAVIANI *apud* VEIGA, 1995, p. 93).

Algumas instituições publicam documentos mais macros, com o intuito de orientar a respeito da concepção e diretrizes pedagógicas, como forma de alinhamento com suas Unidades de Educação Profissional e Tecnológica - UEPT. Marques (1995) expõe o caráter identitário da Escola a partir do PPP:

O Projeto Político Pedagógico da escola é tarefa dela mesma, processo nunca concluído que se constrói e se orienta com intencionalidade explícita, porque prática educativa. Construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de inserção no mundo da vida, de formação de convicções, afetos, motivações, significações, valores e desejos, no qual os processos de ensino-aprendizagem são concebidos como processos encadeados de aquisição de competências linguísticas, cognoscitiva e de ação integrativa (MARQUES, 1995, p. 134).



O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser amplamente discutido, e deverá conter os seguintes aspectos: Marco situacional, conceitual e operacional, que conforme Veiga (1995) possui as seguintes finalidades:

**Quadro 1** – Marcos para construção do PPP

<b>MARCO SITUACIONAL</b>	Escreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional (...) significa, portanto, ir além da percepção imediata. É o momento de desvelar os conflitos e as contradições postas pela prática pedagógica
<b>MARCO CONCEITUAL</b>	Diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem
<b>MARCO OPERACIONAL</b>	Orienta-nos quanto a como realizar nossa ação. É o momento de nos posicionarmos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade da escola. Implica, também, a tomada de decisão de como vamos atingir nossas finalidades, nossos objetivos e nossas metas

**Fonte:** Adaptado de Veiga, 2010, p. 23-26.

É desejável que, durante o planejamento do PPP, todos os envolvidos reflitam sobre a missão, visão e valores da Instituição objetivando o atendimento às demandas de formação profissional do território. Abaixo, segue um roteiro relacionado à construção do PPP.

**Figura 6** – Roteiro de Tópicos para Elaboração do PPP

- 1 APRESENTAÇÃO
- 2 INTRODUÇÃO
- 3 PANORAMA INSTITUCIONAL DA UEPT
  - 3.1 O protagonismo do Cetam nas ações de Educação Profissional e Tecnológica do Amazonas.
  - 3.2 Dados de Identificação da UEPT
  - 3.3 Histórico da UEPT
  - 3.4 Missão, Visão e Valores
  - 3.5 Infraestrutura Física e Tecnológica
- 4 A UEPT QUE SOMOS: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DIAGNÓSTICA
- 5 CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
  - 5.1 Pressupostos Filosóficos
  - 5.2 Pressupostos Teórico-Metodológicos
  - 5.3 Concepções sobre Currículo
  - 5.4 Concepções sobre Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica
- 6 PROGRAMAS E PROJETOS DA UEPT
- 7 A UEPT QUE QUEREMOS: A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ACADÊMICO
- REFERÊNCIAS

**Fonte:** CETAM, 2022.

Outra orientação sobre o PPP, mencionada por Veiga (2010), diz respeito à avaliação desse documento, com o fim de estabelecer um mapeamento das principais dificuldades ou fragilidades, realizando um plano de ação para superar ou ajustá-las.

A avaliação é vista como ação fundamental para a garantia do êxito do projeto, na medida em que é condição *sine qua non* para as decisões significativas a serem tomadas. É parte integrante do processo de construção do projeto e compreendida como responsabilidade coletiva. A avaliação interna e sistemática é essencial para definição, correção e aprimoramento de rumos. É também por meio dela que toda a extensão do ato educativo, e não apenas a dimensão pedagógica, é considerada (VEIGA, 2010, p. 27).

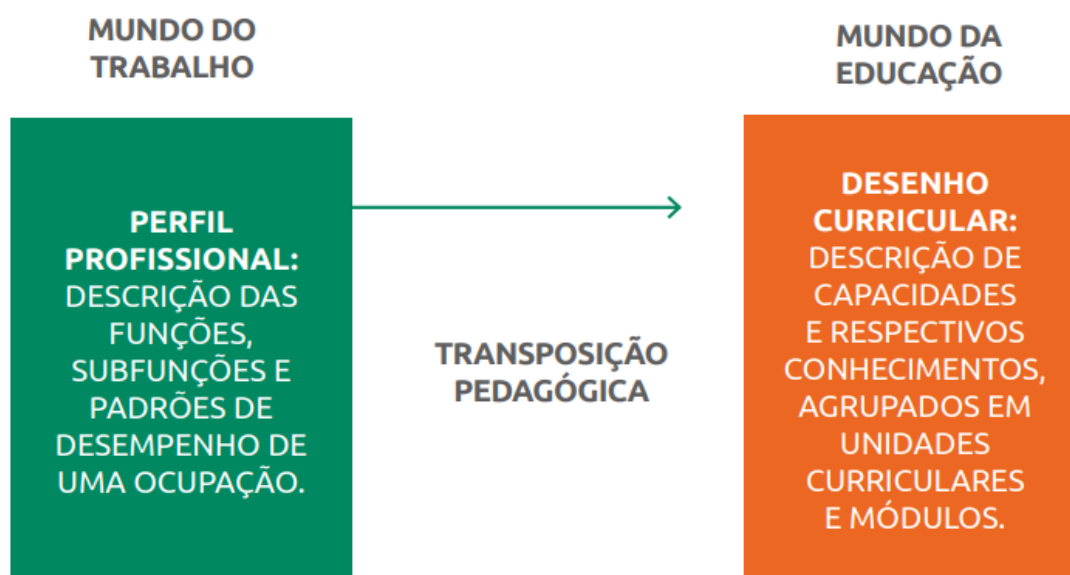
Na sequência, serão exibidos com mais detalhes os elementos que compõem um Projeto Pedagógico de Curso, também conhecido por algumas instituições de EPT como “Plano de Curso”.

### 2.2.1 Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

Na Educação Profissional e Tecnológica e com base na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento norteador de todo o processo que envolve a execução de um curso, em qualquer nível da EPT. É o formato que toda instituição de EPT almeja para alcançar todas as competências profissionais presentes e definidas no Perfil de Conclusão e alinhadas com o mundo do Trabalho.

É um dos tipos de Planejamento Curricular, o qual necessita ser muito bem articulado, elaborado e implantado, coletiva e participativamente, sobretudo, a partir das bases legais que permeiam toda a EPT, e realizando uma interlocução entre o mundo do trabalho e os pressupostos norteadores da EPT, conforme mostra a imagem abaixo:

**Figura 7** – Alinhamento Mundo do Trabalho



**Fonte:** SENAI, 2020.

Conforme o Art. 23, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, esse planejamento curricular deve fundamentar-se no

compromisso ético da instituição, valorizando o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com o objetivo de subsidiar as “habilidades, atitudes, valores e emoções, compreendidos nas competências profissionais e pessoais, que devem ser garantidos ao final de cada habilitação profissional técnica e das respectivas saídas intermediárias correspondentes às etapas de qualificação profissional técnica, e da especialização profissional técnica, que compõem o correspondente itinerário formativo do curso técnico de nível médio”.

Conforme o Art. 20, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, é necessário, durante todo o processo de planejamento do PPC, considerar os seguintes princípios:

**I** – a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão;

**II** – os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;

**III** – a necessidade de atualização permanente da organização curricular dos cursos, estruturada com fundamento em estudos prospectivos, pesquisas, dados, articulação com os setores produtivos e outras fontes de informações associadas;

**IV** – a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

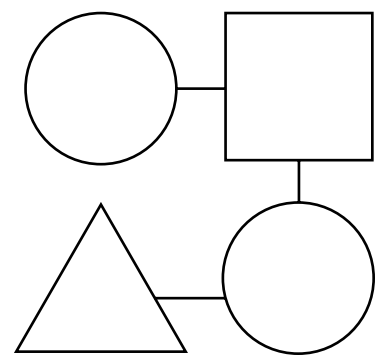
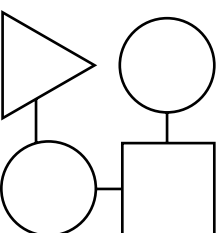
**V** – o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação;

**VI** – os elementos essenciais para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;

**VII** – os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;

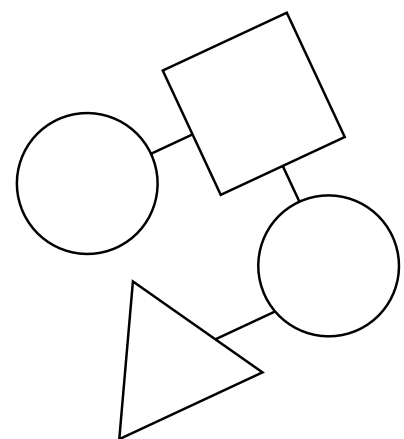
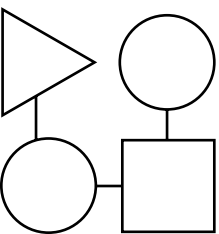
**VIII** – o domínio intelectual das tecnologias pertinentes aos eixos tecnológicos e às áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e de aprendizagem, promovendo a capacidade permanente de mobilização, articulação e integração de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, indispensáveis para a constituição de novas competências profissionais com autonomia intelectual e espírito crítico; **IX** – a instrumentalização de cada habilitação profissional e respectivos itinerários formativos, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho; e **X** – os fundamentos aplicados ao curso específico, relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente, segurança do trabalho, inovação e iniciação científica.

Assumido como um documento norteador para execução e avaliação de determinado curso de EPT, o PPC necessita ser público, socializado, sobretudo, com os estudantes, que devem ter acesso para conhecerem todas as etapas e elementos de sua formação profissional. Abaixo, estão elencadas várias questões que norteiam o processo de planejamento de um PPC.



**Quadro 2** – Questões Norteadoras do processo de Planejamento em EPT

<b>NÍVEL DA EPT</b>	<b>QUESTÕES NORTEADORAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO</b>
<p><b>Todos os Níveis de EPT (Qualificação Profissional, Cursos Técnicos e Cursos de Especializações Técnicas)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são os pré-requisitos do curso: idade mínima, escolaridade, etc.</li> <li>• Existe demandas para oferta do curso? Já houve avaliação em ofertas anteriores (se for o caso) quanto aos índices de evasão?</li> <li>• Quais os ambientes de aprendizagem que podem ser utilizados na execução do curso, de modo a garantir a relação teoria e prática, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade?</li> <li>• Quais docentes podem ministrar o curso? Existem docentes devidamente suficientes e qualificados?</li> <li>• Qual infraestrutura é necessária para realizar tal curso? Há tempo hábil para compra de materiais e equipamentos?</li> <li>• Foram observadas as reais condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal habilitado para implantar o curso proposto?</li> <li>• Quais competências técnicas e socioemocionais podem ser articuladas para serem desenvolvidas durante o curso? Estão articuladas com o perfil profissional?</li> <li>• O curso está alinhado com o atendimento às demandas socioeconômicas e ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho?</li> <li>• Foi observada a integralidade de ocupações reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)?</li> <li>• Existem parcerias que contribuirão no processo de execução do curso? Já foram institucionalizadas por meio de Termo de Cooperação Técnica?</li> </ul>
<p><b>Qualificação Profissional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É um curso de formação Inicial ou Continuada, ou um Programa de Aprendizagem Profissional?</li> <li>• Pode fazer parte como Itinerário Formativo do Novo Ensino Médio ou como uma saída intermediária de um Curso Técnico?</li> <li>• Será realizado de forma presencial, remota ou a distância?</li> </ul>



<p><b>Cursos Técnicos e Superiores de Tecnologia</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O curso está presente no catálogo de Cursos do MEC?</li> <li>• Qual a carga horária mínima estabelecida no Catálogo?</li> <li>• O curso tem registro em Conselho Profissional?</li> <li>• Que desenho curricular pode ser realizado de modo que esteja alinhado aos princípios da EPT, e que contribua no processo de verticalização?</li> <li>• Há estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho? Como isso pode estar integrado ao PPC do curso?</li> <li>• Será realizado de forma presencial ou a distância? Se for a distância, estão contemplados os percentuais permitidos, de acordo com o informado no Catálogo de Cursos do MEC ou mesmo por outro documento que venha a substituí-lo?</li> <li>• Houve o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação?</li> <li>• Qual a forma de oferta do curso: Concomitante, Integrada, Subsequente ou Concomitante Intercomplementar?</li> <li>• Foram considerados os momentos de Estágio Supervisionado? Existe recomendação de carga horária e de competências profissionais pelo conselho profissional?</li> </ul>
<p><b>Cursos de Especializações Técnicas</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi considerada a carga horária mínima para a especialização profissional técnica prevista em um itinerário formativo de curso técnico, que é de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional prevista no CNCT?</li> <li>• Há registros da especialização técnica no conselho profissional?</li> <li>• Essas especializações estão presentes nas recomendações do Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, no item de Possibilidades de Itinerários Formativos?</li> <li>• Foram considerados momentos em situação real de trabalho?</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria.

Conforme o Art. 25 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, os PPCs de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem ser submetidos à devida aprovação dos órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor, contendo os seguintes itens:

## I – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Na identificação do PPC, são descritas as informações gerais do Curso, como: Instituição de Ensino que ofertará, nome do Curso e qual eixo tecnológico pertence; a forma de oferta (se integrado, concomitante, concomitante intercomplementar, ou subsequente), se será presencial ou EAD, e também em qual turno será oferecido.

## II – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Na justificativa, recomenda-se que a equipe multidisciplinar, ao elaborar esse item, descreva a relevância do curso nos cenários nacional, estadual e local. Recomenda-se a apresentação de dados estatísticos que mostrem questões que se relacionem ao curso. Ex.: Para o curso de Radioterapia, dados referentes a pacientes oncológicos, etc. Além disso, é primordial apresentar aspectos do mundo do trabalho relacionado ao curso (empregabilidade, prospecção de vagas, questões voltadas à inovação, etc.)

O objetivo do Curso necessita ser elaborado a partir de uma reflexão das Competências Técnicas e Socioemocionais delineadas no Perfil Profissional de Conclusão.

**Exemplo 1:** Formar profissionais em Saúde Bucal, capacitados para uma prática voltada para a promoção, prevenção e manutenção da saúde bucal da população.

**Exemplo 2:** Promover a articulação de conhecimentos, princípios éticos, legais, normativos e de biossegurança no trabalho na formação profissional em Mineração.

**ATENÇÃO:** A justificativa não é a apresentação do PPC. O que deve ser mencionado, com objetividade e clareza, é a relevância desse curso nos diferentes cenários. Qual a relevância social e econômica? Quais são os cenários do mundo do trabalho que perpassa o curso?



### III – REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Nesse item, devem constar informações referentes à entrada e à permanência dos alunos na instituição. São informações institucionais, presentes no projeto político-pedagógico ou no regimento interno, assim como em outros documentos que venham a substituí-los, como editais, resoluções, entre outros. Nesse item, constam informações sobre documentos necessários para matrícula dos estudantes, cancelamento ou desistência, trancamento, transferências, entre outros indicadores.

### IV – PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E PERFIL PROFISSIONAL DE SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS E DE ESPECIALIZAÇÕES TÉCNICAS, QUANDO PREVISTAS

De acordo com o Art. 24, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, o Perfil Profissional de Conclusão deve ser projetado na identificação do itinerário formativo e planejado pela instituição educacional, com base nos itinerários de profissionalização, claramente identificados no mundo do trabalho, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos. De acordo com Senai (2013, p. 30), Perfil Profissional é definido da seguinte forma:

É a descrição do que idealmente o trabalhador deve ser capaz de realizar no campo profissional correspondente à Ocupação. É o marco de referência, o ideal para o desenvolvimento profissional. Expressa o nível de desempenho que se espera que o trabalhador alcance, indicando o que assegura que ele será competente ou o que o torna apto a atuar, com qualidade, no Contexto de Trabalho da Ocupação. É constituído pelas competências profissionais e pelo Contexto de Trabalho da Ocupação.

Nesse sentido, o primeiro passo é consultar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores

de Tecnologia (CNCST) (quando for o caso), do Ministério da Educação. No catálogo, existe uma recomendação de Perfil Profissional (por tópicos), que deve ser analisado e revisado, quando necessário, pela equipe de elaboração.

Quanto ao perfil profissional das qualificações profissionais ou das Especializações Técnicas, não explicitadas nos catálogos do MEC, recomenda-se que seja elaborado a partir das competências necessárias para o exercício profissional no mundo do trabalho, consultando, quando for o caso, legislações específicas dos conselhos profissionais.

## V – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR<sup>4</sup>

A organização curricular de um curso é um desdobramento das Competências e Habilidades Técnicas e Socioemocionais<sup>5</sup>, que estarão presentes no Perfil profissional de conclusão do curso. Conforme o Art. 24 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, pode ser organizada por áreas de estudos, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da integração permanente entre teoria e prática ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se que a organização da estrutura curricular de um curso torna-se incoerente quando realizada antes da definição do Perfil Profissional de Conclusão, pois entende-se que todos os componentes/ curriculares/disciplinas serão desdobramentos do perfil profissional. Nessa perspectiva, Cordão (2004, p. 9) traz uma significativa reflexão:

---

4 Algumas instituições adotam termos como: Grade Curricular, Matriz Curricular ou Estrutura Curricular. No entanto, ressalta-se a reflexão de Anastasiou (2007, p. 56) quando menciona que “a matriz curricular substitui a grade curricular”. Grade curricular é apenas a “soma das partes”, enquanto que matriz curricular constitui-se na “articulação das antigas disciplinas em componentes curriculares, áreas ou módulos, em torno de eixos”.

5 Ressalta-se, conforme Art. 20 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que as competências socioemocionais devem ser consideradas e explicitadas em toda organização curricular, compreendendo-as como elemento que valoriza a formação integral do estudante.

Os conhecimentos interagem, ou seja, a disciplinarização é um mero arranjo pedagógico e metodológico para se conseguirem melhores resultados de aprendizagem. Se esse arranjo não estiver dando certo, deve ser trocado. A escola tem que buscar descobrir, com clareza, qual a melhor organização curricular para trabalhar esses conhecimentos, essas habilidades e esses valores, para desenvolver competências profissionais que atendam o perfil profissional com o qual ela se comprometeu: deve refletir profundamente sobre o compromisso que ela está assumindo com os seus alunos até o final do curso.

Esse caminho metodológico evita que existam componentes curriculares que não estejam relacionados a nenhuma competência presente no perfil, e vice-versa. Durante o processo de planejamento da organização curricular, são necessárias algumas atividades, como:

- Definição da carga horária total do curso, estritamente relacionadas ao Perfil Profissional de Conclusão e considerando a carga horária mínima exigida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) (quando for o caso);
- Definição do nome dos componentes curriculares/disciplinas e dimensionamento das cargas horárias a partir da quantidade e da complexidade das competências e habilidades;
- Definição da ementa/ conteúdos, competências e habilidades técnicas de cada componente curricular/disciplina;
- No caso de cursos técnicos, verificar se o curso terá saídas intermediárias<sup>6</sup>.

É essencial que toda a organização curricular esteja alinhada ao Projeto Político-Pedagógico da Instituição. Recomenda-se, ainda, que os componentes curriculares não sejam planejados com cargas horárias pequenas, por conta da dinâmica que envolve o processo de ensino-aprendizagem. Hoffmann (2009, p. 101) faz uma relevante reflexão:

---

<sup>6</sup> As Saídas Intermediárias são configuradas por uma ou mais Unidades de Competência do Perfil Profissional que se referem a Ocupações Intermediárias reconhecidas pelo mercado de trabalho que podem ser certificadas de forma independente (SENAI, 2013, p. 66).

O professor precisa ter mais tempo para observar o aluno em ação, para registrar, refletir, decidir-se por estratégias didáticas coerentes, planejar novas e diferentes atividades articuladas às anteriores que contemplem estudos e atividades complementares que venham a contribuir para o avanço de diferentes alunos em diferentes direções.

É nesse processo de organização curricular que são definidos os conteúdos de cada componente curricular/disciplina, sempre relacionados ao objetivo do componente curricular/disciplina e ao perfil profissional de conclusão. Libâneo (1994) expõe a complexidade do mapeamento desses conteúdos e sua dimensão multiforme.

Conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua vida prática. Englobam, portanto: conceitos, ideias, fatos, processos, princípios, leis científicas, regras; habilidades cognitivas, modos de atividade, métodos de compreensão e aplicação, hábitos de estudos, de trabalho e de convivência social; valores, convicções, atitudes. São expressos nos programas oficiais, nos livros didáticos, nos planos de ensino e de aula, nas atitudes e convicções do professor, nos exercícios nos métodos e forma de organização do ensino. Podemos dizer que os conteúdos retratam a experiência social da humanidade no que se refere a conhecimentos e modos de ação, transformando-se em instrumentos pelos quais os alunos assimilam, compreendem e enfrentam as exigências teóricas e práticas da vida social. Constituem o objeto de mediação escolar no processo de ensino, no sentido de que a assimilação e compreensão dos conhecimentos e modos de ação se convertem em ideias sobre as propriedades e relações fundamentais da natureza e da sociedade, formando convicções e critérios de orientação das opções dos alunos frente às atividades teóricas e práticas postas pela vida social (LIBÂNEO, 1994, p.128-129).

A reflexão acima evidencia a importância da definição clara, coerente e democrática dos conteúdos de ensino, pois se caracteriza como “projeto

seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado” (GIMENO SACRISTÁN, 2000, p. 34).

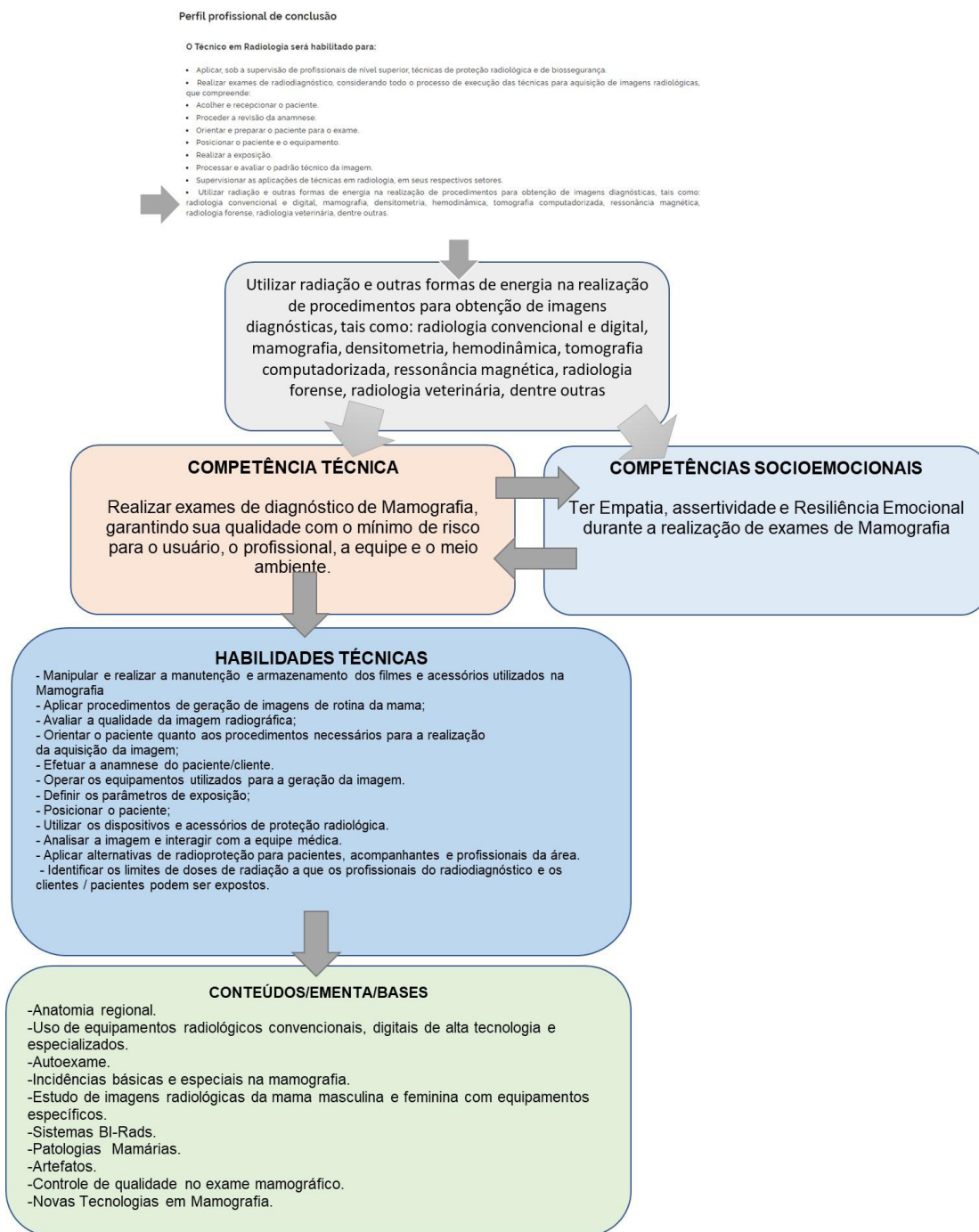
A partir da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, a organização curricular dos Cursos de EPT necessita explicitar as competências e habilidades profissionais/técnicas e as socioemocionais, de maneira que garantam a formação integral dos estudantes. Abaixo, realizamos uma breve diferenciação desses conceitos:

**a) Competências Socioemocionais:** podem ser entendidas como um conjunto de estratégias ou ações que potencializam não só o autoconhecimento, mas também a comunicação efetiva e o relacionamento interpessoal, sendo que entre essas estratégias destacam-se a assertividade, a regulação emocional e a resolução de problemas, constituindo-se como competências que promovem a otimização da interação que o indivíduo estabelece com os outros ou com o meio em geral (Art. 20 da Resolução CNE/CP, de 5 de janeiro de 2021).

**b) Competências Técnicas:** Referem-se à aplicação de conhecimentos específicos sobre o trabalho a ser realizado, considerando os saberes e fazeres necessários no mundo do trabalho.

Abaixo, segue exemplo da definição de competências técnicas e socioemocionais para o componente curricular/disciplina de Mamografia, do curso técnico em Radiologia, seguindo a seguinte sequência: O perfil profissional de conclusão suscita competências técnicas e socioemocionais, que, por sua vez, se desdobram em várias habilidades. Os conteúdos são conhecimentos necessários para desenvolvimento de tais habilidades.

**Figura 8 – Sequência para construção da elaboração de competências e habilidades de um componente curricular**



**Fonte:** Elaboração própria.

## **VI – CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES, MEDIANTE AVALIAÇÃO E RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS CONSTITUÍDAS**

Conforme o Art. 46 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, é possível promover aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos:

I – Em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

II – Em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

III – Em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

IV – Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

Durante o processo de planejamento do PPC, essas possibilidades devem ser consideradas com o intuito de valorizar as experiências formativas já realizadas pelos alunos. Cada instituição tem autonomia para deixar claros os procedimentos, prazos e formulários necessários para o estudante requerer.

## VII – CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação de aprendizagem deve ser assumida com um propósito formativo e reflexivo, em que o docente realiza antes, durante e após sua ação um planejamento de novas estratégias. É uma concepção que deve estar presente em todo PPC, com intuito de garantir um processo inclusivo e democrático. No entanto, deve-se apresentar os elementos referentes aos conceitos ou notas necessárias para aprovação do discente no curso/componente curricular, assim como que estratégias e procedimentos de avaliação podem ser realizados no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, deve-se levar em conta os critérios para recuperação de notas e de aprendizagem, as metodologias que podem contribuir no processo de aprendizagem, incluindo pessoas com deficiência.

## VIII – INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, IDENTIFICANDO BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Quanto à Infraestrutura física e tecnológica, é primordial que sejam mencionados, no PPC, a quantidade e os tipos de laboratórios técnicos necessários para execução dos cursos, além de acervos básicos que necessitam estar disponíveis na Biblioteca da Unidade de Educação Profissional e Tecnológica (UEPT). O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) recomendam uma Infraestrutura Mínima para execução dos cursos, conforme mostra a figura abaixo:



**Figura 9** – Exemplo de informação de Infraestrutura mínima para o Curso Técnico em Automação Industrial, que consta no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC

– Infraestrutura mínima

Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado  
 Laboratório de informática com programas específicos  
 Laboratório de eletricidade e eletrônica  
 Laboratório de acionamentos elétricos  
 Laboratório de máquinas elétricas  
 Laboratório de instalações elétricas  
 Laboratório de sistemas digitais  
 Laboratório de eletro-hidráulica e eletropneumática  
 Laboratório de controle e automação  
 Laboratório de robótica  
 Laboratório de redes industriais

**Fonte:** Brasil, 2022.

## IX – PERFIL DE QUALIFICAÇÕES DOS PROFESSORES, INSTRUTORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A partir da elaboração de toda organização curricular, seja por meio de projetos, etapas ou por componentes curriculares/disciplinas, os elaboradores do PPC deverão mencionar quais profissionais poderão atuar nesses momentos.

**Quadro 3** – Perfil docente

COMPONENTE CURRICULAR	PERFIL DOCENTE
Inglês Instrumental	Licenciatura em Língua Inglesa
Metodologia para Elaboração de Relatórios Técnicos	Graduação em qualquer área, com formação e experiência comprovada na área do componente curricular

**Fonte:** Elaboração própria.

É fundamental considerar, no processo de definição do perfil de qualificação dos docentes, o Art. 53, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, a qual ressalta que a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação, em programas de licenciatura ou de outras

formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Além do quadro docente, é necessário descrever o número de técnicos administrativos que atendem o curso, por meio de uma tabela nominal do quadro de servidores técnico-administrativos que atendem o curso, incluindo: escolaridade e regime de trabalho.

## **X – CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS**

Nesse item, deverão ser apresentados os critérios para emissão de certificados e diplomas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição. Para os cursos de qualificação profissional, incluindo as certificações intermediárias, e especializações técnicas de nível médio, emitem-se certificados. Para os cursos técnicos, emitem-se diplomas. É importante ressaltar que, conforme Parecer CNE/CP nº 17/2020, “é obrigatória a inserção do número do cadastro do SISTEC nos diplomas e certificados dos concluintes de curso técnico de nível médio ou correspondentes qualificações e especializações técnicas de nível médio, para que tenham validade nacional para fins de exercício profissional”.

## **XI – PRAZO MÁXIMO PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO**

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a Integralização Curricular é caracterizada pela realização, com aproveitamento, de todas as atividades curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso (componentes curriculares teórico-práticos/disciplinas e estágios supervisionados (quando for o caso), por parte do aluno, incluindo a carga horária total.

O limite mínimo e máximo e o prazo médio podem ser definidos por quantidade de meses ou mesmo por períodos letivos regulares. No entanto, é necessário que seja observada, como prazo máximo de integralização, a vigência das portarias de autorização de funcionamento dos cursos, tanto os técnicos quanto os superiores de tecnologia.

## XII – IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, QUANDO COUBER

Conforme Art. 34 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, o estágio profissional é desenvolvido em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino, em regime de parceria com organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho. Cabendo, deve ser explicitado na organização curricular, uma vez que é ato educativo de responsabilidade da instituição educacional. Nesse sentido, é interessante, durante a elaboração do PPC, que a equipe multidisciplinar considere esse momento para a formação técnica e profissional. De igual forma, é necessário realizar uma consulta em casos em que o conselho profissional regulamenta, tanto como exigência como também quanto à informação de carga horária mínima exigida. A título de exemplo, o conselho federal de enfermagem menciona que o estágio é obrigatório e deverá ter a carga horária mínima de 400 horas.

Ressalta-se, ainda, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que a carga horária dos estágios supervisionados deve ser acrescida da carga horária mínima.

Salienta-se, também, nesse processo de elaboração do PPC, a recomendação do Plano Nacional de Educação, referente a estratégias 11.4, da meta 11, a saber: Estimular a expansão do estágio na Educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

Conforme caracterizado, o Projeto Pedagógico de um Curso, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, necessita considerar diferentes aspectos, como as demandas do mundo do trabalho, a valorização das práticas e saberes socioculturais, os Arranjos Produtivos

Locais, entre outros. Abaixo, veremos um exemplo reflexivo<sup>7</sup> sobre o processo de planejamento de um curso.

**Quadro 4** – Exemplo reflexivo sobre o processo de Construção de um PPC

**EXEMPLO REFLEXIVO**

Ana Flávia é diretora de uma Unidade de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo cursos em quase todos os eixos tecnológicos. Essa unidade realiza cursos em três níveis da EPT: Qualificação, Técnicos e Especialização Técnica. Em janeiro, recebeu uma demanda da Prefeitura Municipal do Município de Interlagos, sobre a necessidade de potencializar a formação voltada para idosos. Segundo estatística do IBGE, o percentual de idosos no município é um dos maiores do estado, e foi constatado que existem poucas pessoas capacitadas para o trabalho com essa faixa etária. Após receber a demanda, Ana Flávia reuniu-se com sua equipe composta por pedagogo, coordenadores técnicos e docentes, para verificar a melhor forma de promoverem o curso. O primeiro passo que fizeram foi mapear a quantidade da demanda e a urgência, para compreenderem qual caminho teriam, inclusive em qual nível de EPT poderiam começar (se um curso de qualificação profissional, curso técnico ou uma especialização técnica para técnicos já formados). Perceberam que existiam demandas urgentes e a médio e longo prazo, por isso, optaram por lançar um edital com duas turmas de qualificação profissional, ou seja, curso de curta-duração, e que não necessita ser submetido ao Conselho de Educação para autorização. Outro passo importante, refere-se à construção do PPC do curso, e, nesse sentido, tiveram novamente que trabalhar de forma coletiva para definirem, com coerência, o Perfil Profissional de Conclusão e todas as competências e habilidades necessárias para o curso.

**Fonte:** Elaboração própria.

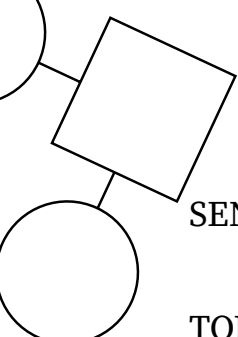
O exemplo acima mostra os primeiros passos do processo de Planejamento de um curso de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, esse processo ainda continua. Por isso, faça uma reflexão sobre os próximos caminhos, sobretudo, pensando os procedimentos

<sup>7</sup> Nomes e dados fictícios, apenas para demonstração do processo de planejamento de um curso na Educação Profissional e Tecnológica.



## REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, L. G. C. Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação. In: CUNHA, M. I. (org.). *Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária*. Campinas: Papyrus, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT*. Brasília: Ministério da Educação, 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021.
- BORDIGNON, G. *O planejamento educacional no Brasil*. 2011.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS - CETAM. *Manual de orientações para elaboração dos projetos político-pedagógicos das unidades descentralizadas de ensino do CETAM*. Manaus: CETAM, 2021. Disponível em: [https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/PPP-Manual-de-Elaboracao-\\_Revisado\\_09.02.2022.docx-2.pdf](https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/PPP-Manual-de-Elaboracao-_Revisado_09.02.2022.docx-2.pdf). Acesso em: 04 jul. 2022.
- CONSED. *Sergipe inicia implementação da Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica*. 07 fev. 2022. Disponível em: <https://www.consed.org.br/noticia/sergipe-inicia-implementacao-da-politica-estadual-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- CORDÃO, F. A. *A LDB e a nova educação profissional*. 2004. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/281/boltec281b.htm>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- GIMENO SACRISTÁN, J. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)
- MARQUES, M. A escola, aprendizagem e a docência: imaginário social e intencionalidade política. In: VEIGA, I. P. A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 1995.

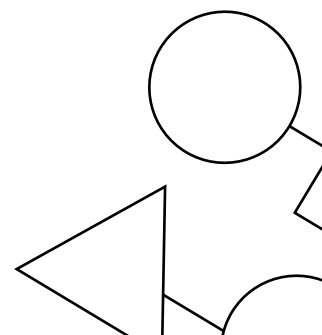


SENAI. Departamento Nacional. *Metodologia SENAI de educação profissional*. SENAI. Departamento Nacional. Brasília: SENAI/DN, 2013.

TORMANN, E. Senado aprova criação do Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. *Atualidade política*, 03 abr. 2021. Disponível em: <https://www.atualidadepolitica.com.br/2021/04/enado-aprova-criacao-do-Dia-Nacional-da-Educacao-Profissional-e-Tecnologica.html>. Acesso em: 04 jul. 2022.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. 7. ed. São Paulo: Editora Libertad-1, 2000.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.



## ATIVIDADE AVALIATIVA Nº 1

Caro(a) estudante,

Parabenizo você pelo esforço e dedicação neste componente curricular de Planejamento Educacional e Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Para fecharmos as duas primeiras unidades, faremos uma atividade avaliativa com o valor de 5,0 pontos. Nessa atividade, você deverá realizar uma proposta de implementação de um Projeto Pedagógico de Curso voltado à Educação Profissional e Tecnológica, em conformidade com os Arranjos Produtivos Locais de seu município, que deverá ser entregue até o último dia da segunda unidade. É o primeiro passo importante de um Planejamento de um curso de EPT! Fica a critério de cada Professor de Apoio Local realizar uma Roda de Conversas, para fins de socialização das diferentes propostas de curso.

Abaixo, segue o modelo do formulário a ser preenchido.

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM CURSO DE EPT	
Estudante:	
Município da Oferta	
Turno pretendido	Se Matutino, Vespertino ou Noturno
Nível da Educação Profissional e Tecnológica	Mencionar se o curso pretendido é de Qualificação Profissional, I, Técnico, Especialização Técnica ou Superior de Tecnologia.



Eixo Tecnológico	Informar qual eixo tecnológico da Educação Profissional e Tecnológica: segundo o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, a EPT possui 13 eixos, a saber: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.
Nome do Curso	<b>Exemplos:</b> Curso de Qualificação em Beneficiamento do Pescado; ou Curso Técnico em Administração; ou Curso de Especialização Técnica em Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Atentar para os cursos técnicos, pois necessitam fazer parte do Catálogo de Cursos Técnicos do MEC.
Forma de Oferta	Se presencial ou EAD
Quantidade de Vagas	Informar a quantidade de vagas. Ex.: 40 vagas
Sugestão de Carga Horária total do Curso	Ex.: 120 horas. Lembrando que, para os cursos técnicos, a carga horária mínima consta no Catálogo de Cursos do MEC. Se especialização técnica, deverá obedecer ao previsto na Legislação da EPT, ou seja 25% da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional prevista no CNCT.
Práticas Profissionais	A partir da sugestão de carga horária, definir a quantidade de horas destinadas às práticas profissionais.
Parcerias	Informar se o curso será realizado apenas pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, ou se poderá ser realizado por meio de parcerias de outras instituições. Ex.: Secretaria de Saúde; Empresas Industriais, etc.

<p>Justificativa do Curso</p>	<p>Descrever a relevância do curso nos cenários nacional, estadual e local. Recomenda-se a apresentação de dados estatísticos que mostrem questões que se relacionem ao curso. É importante explicitar como o curso atenderá aos arranjos produtivos locais, sociais, econômicos e culturais de seu município.</p>
<p>Competências técnicas e socioemocionais que os alunos vão adquirir durante o curso e que farão parte do Perfil Profissional de Conclusão</p>	<p>Descrever quais competências técnicas e socioemocionais os alunos deverão adquirir ao finalizarem o curso pretendido. É importante incorporar as competências socioemocionais como indicador para a Formação Humana integral. Recomenda-se que se utilize as Competências Socioemocionais elaboradas pelo Instituto Ayrton Senna, como: autogestão (determinação, organização, foco, persistência, responsabilidade); engajamento com os outros (iniciativa social, assertividade, entusiasmo); amabilidade (empatia, respeito e confiança); resiliência emocional (tolerância ao estresse, autoconfiança, tolerância à frustração) e abertura ao novo (curiosidade para aprender, imaginação criativa, interesse artístico).</p>

	<p>Ex.: Competências Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar operações do setor pesqueiro com base no manejo e na qualidade da cadeia produtiva do pescado.</li> <li>• Analisar e avaliar os aspectos técnicos, sociais e econômicos da cadeia produtiva do setor pesqueiro.</li> <li>• Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.</li> </ul> <p>Ex.: Competências Socioemocionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Responsabilidade:</b> Ter responsabilidade na realização dos procedimentos de acordo com o planejamento e os procedimentos técnicos de Recursos Pesqueiros.</li> <li>• <b>Respeito e Empatia:</b> Lidar com os diferentes contextos pessoais, sociais e culturais, tendo comportamentos de respeito e empatia.</li> </ul>
<p>Perfil Socioeconômico do Público-Alvo</p>	<p>Informar, em linhas gerais, o perfil do público-alvo a quem se destina a oferta, suas necessidades de formação em relação à atividade/ocupação profissional a ser desempenhada. Ex.: Participação, como alunos, os trabalhadores de pesca de uma comunidade chamada XXX, que possui xx pessoas, as quais vivem de atividades de pescado e agricultura.</p>
<p>Escolaridade Mínima do público-alvo</p>	<p>Mencionar, de acordo com o curso, qual a escolaridade mínima para acesso ao curso. Ex.: Se Especialização Técnica de Nível Médio, a escolaridade mínima é de Curso Técnico.</p> <p><b>Escolaridade:</b> Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Técnico, Não escolarizado.</p>

Idade Mínima	Mencionar de acordo com as especificidades do Curso. Ex.: 18 anos completo.
Qual a Infraestrutura mínima para funcionamento do Curso?	Trata-se da infraestrutura física, tecnológica e acadêmica, tais como biblioteca, sala de aula e laboratórios específicos dos cursos, considerados espaços físicos e acadêmicos apropriados ao bom desenvolvimento dos cursos.

Serão considerados os seguintes critérios avaliativos:

ORDEM	ITENS A SEREM AVALIADOS	GRAU DE AVALIAÇÃO
1	Pontualidade da entrega da Proposta de PPC	(0 – 0,5)
2	Coerência entre o Nível de EPT, a escolha do Curso e a carga horária	(0 – 0,5)
3	Justificativa do Curso – Relação com as demandas do mundo do trabalho e com os Arranjos Produtivos Locais do município	(0 – 1,0)
4	Coerência na descrição das Competências técnicas e socioemocionais que farão parte do Perfil Profissional de Conclusão do Curso	(0 – 2,0)
5	Clareza na descrição dos itens Parceria e Infraestrutura mínima para execução do Curso	(0 – 1,0)

**Valor da Atividade: 5,0 pontos**

## UNIDADE III – O PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO ENSINO: O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM QUESTÃO



**Fonte:** Diário Escola, s.d.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, entende-se, como planejamento de ensino, toda a organização das atividades desenvolvidas pelo docente, seja ao longo de um componente curricular/disciplina ou mesmo durante um curso. É construído a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e direciona toda a prática pedagógica do docente, como organização e cronograma das atividades a partir dos conteúdos previstos, procedimentos metodológicos, formas de avaliação, entre outros.

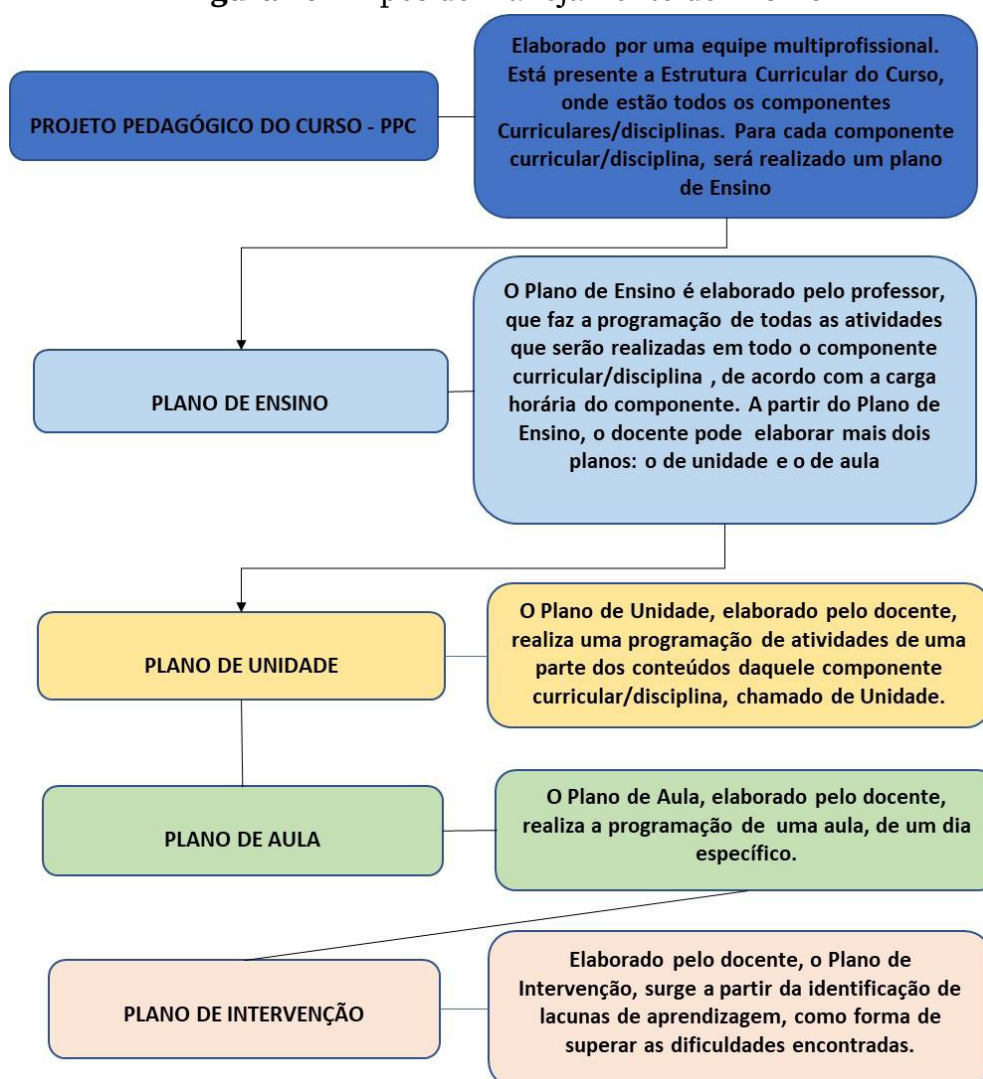
O planejamento de Ensino pode ser evidenciado a partir dos seguintes documentos: Plano de Ensino, Plano de Unidade, Plano de Aula, Plano de Intervenção, entre outros, que conforme Silva (2017,

p. 30) “são registros do processo de elaboração consciente e crítica do planejamento e sistematizam os objetivos, conteúdos, procedimentos e avaliação a serem desenvolvidos por professores e estudantes em um determinado período de tempo”.

Nesse processo de organização do planejamento de ensino, é importante que o docente saiba identificar as diferentes funções e características de cada plano, e tenha “clareza sobre quais são as intencionalidades sociopolíticas da educação e suas metas gerais apresentadas na legislação, no projeto político-pedagógico da escola e no currículo escolar” (SILVA, 2017, p. 31).

Abaixo, segue uma figura que demonstra a organização e o fluxo do processo pedagógico envolvendo os diferentes tipos de planos.

**Figura 10** – Tipos de Planejamento de Ensino



**Fonte:** Elaboração própria.



### 3.1 Plano de Ensino

O plano de ensino é elaborado pelo professor de determinado componente curricular/disciplina ou de curso<sup>8</sup>, o qual realiza a organização pedagógica do processo de transposição didática. Ressalta-se que “os saberes para a docência são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada, etc., e são também, ao mesmo tempo, saberes dele” (TARDIF; LESSARD, 2011, p. 16).

Na Educação Profissional e Tecnológica, o plano de ensino tem um papel fundamental em todo o processo de execução de um componente curricular/disciplina, pois realiza-se a programação de todas as atividades, apresentando os procedimentos metodológicos, avaliativos e os conteúdos que serão trabalhados de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. Cada instituição elabora o seu próprio modelo, o qual deve estar alinhado às concepções presentes no PPC e no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Se o PPC estiver no modelo de competências, o plano de ensino deverá apresentar tais competências e habilidades e como elas serão desenvolvidas no decorrer do componente curricular/disciplina. Sobre o plano de ensino, é basilar destacar algumas questões:

- Não pode ser compreendido como mais um documento exigido a ser entregue à Instituição. Pelo contrário, o plano de ensino é um documento de referência e orientador de toda ação docente. Por isso, ele deve ser entregue e analisado antes de sua execução.
- Deve apresentar algumas características, como: ordem sequencial, objetividade, coerência e flexibilidade. Como todo planejamento, é um documento que pode ser alterado durante

---

<sup>8</sup> Consideramos as duas possibilidades, pois existem cursos de qualificação, de curta duração, que são ministrados por apenas um professor. Os cursos técnicos, de especialização técnica ou os superiores de tecnologias, por conta da carga horária e da quantidade de componentes curriculares/disciplinas, são ministrados por vários professores.

o componente curricular/disciplina, pois a dinâmica da sala de aula apresenta várias necessidades de mudança, sobretudo, pela análise do processo de ensino-aprendizagem.

Ao elaborar o plano de ensino, o professor deve considerar as dificuldades, possibilidades, os desafios, e, sobretudo, as questões reais do trabalho. Abaixo, há alguns pontos que delineamos como centrais:

- A realidade do estudante e o contexto que está inserido: quem é o estudante e qual o acesso que tem a determinados bens culturais;
- Avaliar as condições reais de infraestrutura da instituição, como materiais didáticos, computador, internet, laboratórios, recursos didáticos (livros, jornais, revistas, vídeos, TIC, data show, entre outros);
- Verificar se todas as atividades voltam-se para o alcance dos objetivos propostos e se atendem aos conteúdos;
- Avaliar as parcerias e os ambientes de aprendizagem, de modo a garantir a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre teoria e prática;
- Compreender o processo de trabalho (normas, regras, por exemplo) da Instituição de EPT, de modo a facilitar o acesso aos equipamentos, ambientes de aprendizagem, visitas técnicas, entre outros, os quais deverão estar informados no plano de ensino.

Para Castro *et al.* (2008), o plano de ensino do docente envolve três fases: a do **planejamento** (com base nos conteúdos, competências e habilidades técnicas e socioemocionais, presentes no PPC), **acompanhamento** (a partir de uma reflexão durante o processo de ensino-aprendizagem) e **aprimoramento** (considerando os resultados obtidos durante a execução do plano de ensino, refletindo e reavaliando). É significativo considerar essa tríade, pois o plano de ensino deve ser constantemente acompanhado e avaliado.

Como mencionado anteriormente, o modelo de Plano de Ensino é definido por cada instituição. Geralmente, os modelos apresentam os seguintes itens: identificação, objetivo geral, objetivos específicos,



ementa/conteúdos/competências, procedimentos metodológicos, cronograma de atividades, procedimentos de avaliação e referências.

**Identificação:** Menciona-se o nome do componente curricular/disciplina e o curso ao qual está relacionado, assim como a carga horária, a turma, o turno e o período que será executado.

**Quadro 5** – Identificação de um Plano de Ensino

PLANO DE ENSINO			
<b>Instituição</b>			
<b>Curso</b>			
<b>Município</b>			
<b>Docente</b>			
<b>Componente Curricular/ Disciplina</b>		<b>Turma</b>	
		<b>Turno</b>	
<b>Carga Horária</b>		<b>Período</b>	

**Fonte:** Elaboração própria.

**Objetivo Geral:** É amplo e deve representar a expectativa de aprendizagem do aluno após o desenvolvimento do componente curricular/disciplina e sempre vem acompanhado de um verbo no infinitivo. Antes de elaborar o objetivo geral, o professor deve realizar o seguinte questionamento: O que o aluno deverá aprender ao final do componente curricular/disciplina?

**Quadro 6** – Exemplos práticos de um objetivo geral

<b>EXEMPLOS PRÁTICOS. AO FINAL DO COMPONENTE CURRICULAR, O ALUNO DEVERÁ...</b>
Conhecer noções fundamentais na área da Ortodontia e suas aplicações clínicas.
Produzir textos técnicos aplicados à área profissional de logística.
Aplicar a legislação, normas técnicas e procedimentos para identificação de riscos e prevenção de acidentes no trabalho e impactos ambientais.

**Fonte:** Elaboração própria.

Como mencionado acima, o objetivo geral refere-se a uma expectativa de aprendizagem do aluno e, nesse sentido, alguns objetivos, quando elaborados na perspectiva do professor, podem dar direcionamentos incoerentes. Ex.: “Fazer com que o estudante conheça, de forma crítica, as legislações pertinentes da área” ou “Compartilhar conhecimentos técnicos primordiais de competência do técnico em Logística”.

**Objetivos Específicos:** É um detalhamento do objetivo geral, alinhados aos conteúdos/competências/habilidades técnicas e socioemocionais, que serão desenvolvidas ao longo do componente curricular/disciplina.

**Quadro 7** – Exemplos práticos de um objetivo específico

<b>EXEMPLOS PRÁTICOS! AO FINAL DO COMPONENTE CURRICULAR, O ALUNO DEVERÁ...</b>
Identificar os procedimentos de recebimento, alocação e controle de material.
Reconhecer os equipamentos e ferramentas de suporte ao alimentador de linhas de produção, observando as normas de ergonomia e segurança do trabalho.
Reconhecer os diversos sistemas anatômicos quanto à sua estrutura e funcionamento normal e patológico.

**Fonte:** Elaboração própria.

**Ementa/Conteúdos/Competências:** Dependendo do modelo de Projeto Pedagógico de Curso, adota-se os termos “ementa, conteúdos programáticos, bases de conhecimento, bases tecnológicas”, com as competências e habilidades relacionadas. Nesse item, o docente elabora seu planejamento a partir do projeto pedagógico do curso, realizando ajustes, em consenso com a coordenação da Instituição de EPT.

**Procedimentos Metodológicos:** Trata-se de uma organização intencional e sistematizada com foco no alcance dos objetivos traçados e que visam a aprendizagem dos estudantes. Neste item, o docente informa quais metodologias utilizará durante a realização das atividades em determinado componente curricular/disciplina, assim como quais recursos didáticos serão necessários durante as aulas.

**Avaliação da Aprendizagem:** A avaliação, nos planos de ensino da EPT, necessita ser compreendida a partir de um processo amplo, reflexivo, sistemático e formativo. Nesse sentido, ao planejar a avaliação em determinado componente curricular/disciplina, o docente precisa deixar claro que instrumentos e procedimentos de avaliação serão utilizados para garantir que esse não seja um momento excludente e punitivo, mas justo e inclusivo.

**Referências:** Para melhor organização do processo pedagógico, o docente deve apresentar quais serão as suas referências básicas e as complementares, de modo a subsidiar a organização de sua prática.

Considera-se que, na elaboração e execução do plano de ensino, em uma perspectiva democrática e articulada aos princípios e fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, é fundamental lançar mão de alguns elementos, os quais serão citados abaixo.

- O Plano de Ensino deve considerar a interdisciplinaridade como princípio norteador, dialogando com as outras áreas do conhecimento.

- Deve ser apresentado no primeiro dia de aula do componente curricular/disciplina, para que os estudantes participem ativamente desse processo e tenham clareza de todos os procedimentos metodológicos que serão utilizados e quais competências e habilidades serão desenvolvidas.
- É importante que o docente considere os diferentes ritmos de aprendizagem, e, nesse sentido, utilizando de diferentes instrumentos de avaliação<sup>9</sup>.

É oportuno novamente lembrarmos que, na Educação Profissional e Tecnológica, um dos aspectos bastante frisado pelos docentes e coordenadores diz respeito à flexibilidade, dadas as peculiaridades e dinâmicas, no entanto, é importante que não se torne algo engessado, mas coerente com a realidade. O contrário disso cabe uma reflexão, ou seja, o excesso de “flexibilidade” pode comprometer os objetivos de aprendizagem e fragilizar essa etapa do processo pedagógico. Vasconcelos (2007, p. 159) faz uma relevante admoestação:

Estamos aqui correndo o risco de duas tentações extremas: de um lado, o planejamento se tornar o tirano da ação, ou de outro, se tornar um simples registro, um jogo de palavras desligado da prática efetiva do professor(...)Precisamos distinguir a flexibilidade de frouxidão: é certo que o projeto não pode se tornar uma camisa de força, obrigando o professor a realizá-lo mesmo que as circunstâncias tenham mudado radicalmente, mas isto também não pode significar que por qualquer coisa o professor estará desprezando o que foi planejado.

Abaixo, segue mais um desdobramento do Plano de Ensino: o plano de unidade, que é a abordagem de uma parte das competências, habilidades e conteúdos que serão trabalhados durante o componente curricular, postos como uma Unidade Curricular.

---

<sup>9</sup> Para Hoffman (2009, p. 41), a dinâmica do desenvolvimento do aluno faz com que nunca se possa antecipar os rumos que a ação pedagógica irá tomar, o que não significa desorganização ou improvisação. O planejamento deve ser suficientemente plástico e flexível para que possa mover-se em referência aos caminhos trilhados pelos alunos, aos processos que seguem (...) é no cotidiano escolar que os alunos revelam tempos e condições necessárias ao processo.

### 3.2 Plano de Unidade

Conforme disposto anteriormente, o Plano de Unidade é uma organização pedagógica contendo certas habilidades, competências e conteúdos que fazem parte do programa de determinado componente curricular/disciplina, que dialogam entre si e que se constituem como uma unidade. Portanto, tem uma carga inferior em relação à do componente curricular. A figura abaixo exemplifica o Plano de Unidade dentro da EPT, diferenciando-se dos outros dois modelos: o plano de ensino e o plano de aula.

**Figura 11** – Características do Plano de Ensino, unidade e de aula no contexto da EPT

Componente Curricular	Carga Horária
Programas de Saúde e Segurança do Trabalho	60
<b>Base de Conhecimentos (Ementa)</b>	
Avaliação de riscos. Definição de riscos e perigo. Análise de riscos. Identificação de perigos. Determinação dos riscos. Plano de ação (Controle e mitigação dos riscos). PPRA – Programa de prevenção de riscos ambientais. PCA – Programa de conservação auditiva. PCMAT – Programa de condições do meio ambiente de trabalho da construção civil. PPR – Programa de Proteção Respiratória. Laudos de Avaliação ambiental. Outras legislações pertinentes em vigor quando da execução do componente curricular.	
<b>Bibliografia Básica e Complementar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Araújo, Giovanni Moraes de. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho: Gvc, 2012.</li> <li>• Gonçalves, Edwar Abreu: Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. Ltr 2011.</li> </ul>	

Ao realizar o Planejamento para todo o componente curricular, o professor elabora um Plano de Ensino, contemplando toda a carga Horária de 60 Horas

Componente Curricular	Carga Horária
Programas de Saúde e Segurança do Trabalho	60
<b>Base de Conhecimentos (Ementa)</b>	
Avaliação de riscos. Definição de riscos e perigo. Análise de riscos. Identificação de perigos. <b>Determinação dos riscos.</b> Plano de ação (Controle e mitigação dos riscos). PPRA – Programa de prevenção de riscos ambientais. PCA – Programa de conservação auditiva. PCMAT – Programa de condições do meio ambiente de trabalho da construção civil. PPR – Programa de Proteção Respiratória. Laudos de Avaliação ambiental. Outras legislações pertinentes em vigor quando da execução do componente curricular.	
<b>Bibliografia Básica e Complementar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Araújo, Giovanni Moraes de. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho: Gvc, 2012.</li> <li>• Gonçalves, Edwar Abreu: Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. Ltr 2011.</li> </ul>	

Ao realizar o Planejamento apenas para uma sequência de conteúdos, como os destacados na cor azul, como parte de uma unidade da ementa do Curso, ele elabora um Plano de Unidade, com carga horária inferior, que possibilite a abordagem da Unidade. Ex: 15 Horas

Componente Curricular	Carga Horária
Programas de Saúde e Segurança do Trabalho	60
<b>Base de Conhecimentos (Ementa)</b>	
Avaliação de riscos. Definição de riscos e perigo. Análise de riscos. Identificação de perigos. Determinação dos riscos. Plano de ação (Controle e mitigação dos riscos). PPRA – Programa de prevenção de riscos ambientais. PCA – Programa de conservação auditiva. PCMAT – Programa de condições do meio ambiente de trabalho da construção civil. PPR – Programa de Proteção Respiratória. <b>Laudos de Avaliação ambiental.</b> Outras legislações pertinentes em vigor quando da execução do componente curricular.	
<b>Bibliografia Básica e Complementar</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Araújo, Giovanni Moraes de. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho: Gvc, 2012.</li> <li>• Gonçalves, Edwar Abreu: Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. Ltr 2011.</li> </ul>	

Ao realizar o Planejamento apenas para uma aula, de um conteúdo específico da Ementa, como o destacado na cor azul, ele elabora um Plano de Aula, com carga horária inferior, que possibilite a abordagem daquele conteúdo. Ex: 4 Horas

**Fonte:** Elaboração própria.

### 3.3 Plano de Aula

O plano de aula é um dos tipos de planejamento de ensino, que realiza uma programação para determinado tema, com um tempo pré-estabelecido.

O plano de aula é um detalhamento do plano do ensino. As unidades e subunidades (tópicos) que foram previstas em linhas gerais são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. A preparação de aulas é uma tarefa indispensável e, assim como o plano de ensino, deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para possibilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano (LIBÂNEO, 1994, p. 241).

**Figura 12 – Modelo de Plano de Aula**

PLANO DE AULA	
<b>Curso:</b> Técnico de nível médio em Enfermagem.	
<b>Município:</b> Manaus.	
<b>Componente curricular:</b> Enfermagem no cuidado à mulher.	
<b>Carga horária:</b> 4 horas.	<b>Data:</b> XX/XX/XXXX
<b>Objetivo:</b> Conhecer os processos de trabalho em Saúde relacionados aos cuidados de enfermagem à mulher e ao recém-nascido durante o trabalho de parto e nascimento.	
<b>Conteúdo:</b> Cuidado de enfermagem à mulher e ao recém-nascido durante o trabalho de parto e nascimento.	<b>Recurso:</b> Aplicativo Mano e <i>WhatsApp</i> .
Procedimento didático (3h)	Avaliação da aprendizagem (1h)
<p><b>1º Momento:</b> Solicitar aos estudantes que baixem o aplicativo Mano, no celular ou no computador, para participação de uma palestra denominada de "Rede de cuidados integral e humanizada de atenção às mulheres e aos recém-nascidos", realizada por uma Universidade Pública e transmitida via IPTV e aplicativo Mano (aba Educação);</p> <p><b>2º Momento:</b> Enviar aos estudantes, as informações gerais da palestra (canal, data, horário);</p> <p><b>3º Momento:</b> Realização da palestra, via aplicativo Mano;</p> <p><b>4º Momento:</b> Socializar a atividade avaliativa com os estudantes, via mensagem de texto do <i>WhatsApp</i>.</p>	<p><b>Atividade avaliativa:</b> Com base na palestra, os estudantes enviarão um <i>podcast</i>, ao grupo de <i>WhatsApp</i> da turma, apresentando os processos de trabalhos em saúde relacionados aos Cuidados à mulher e ao recém-nascido.</p> <p><b>Valor da atividade:</b> 3,0 (três pontos)</p> <p><b>Critérios de avaliação</b> Desenvolvimento coerente das questões apresentadas na palestra. Articulação com a bibliografia da área.</p>
<p><b>Referências:</b> FABBRO, M. R.; MONTRONE, A. V. <b>Enfermagem em Saúde da Mulher</b> - Série Hideko – Vol. 3. Senac, 2013. LOPES, Maria Helena Baena de <b>Moraes. Enfermagem na Saúde da Mulher</b>. AB, 2006.</p>	

**Fonte:** CETAM, 2021, p. 57.

### 3.4 Plano de Intervenção

Este modelo de plano é uma forma de contribuir com a redução das deficiências geradas no processo de ensino-aprendizagem dentro da Educação Profissional e Tecnológica. A partir da identificação de tais problemas, o professor, em parceria com a coordenação da Unidade de Educação Profissional e Tecnológica, pode elaborar um plano com ações exequíveis dentro da carga do componente curricular/disciplina ou do curso (nos casos dos cursos de curta duração). É uma forma de intervenção a partir da avaliação durante o processo.

#### IMPORTANTE

Em todos os modelos de planejamento de ensino (Plano de Ensino, Plano de Aula, Plano de Unidade, Plano de Intervenção, entre outros), uma recomendação, para elaboração dos objetivos de aprendizagem, é a utilização da Taxonomia de Bloom. Conforme Ferraz e Belhot (2010, p. 426), há seis categorias na taxonomia de Bloom referente ao domínio cognitivo.

**Conhecimento:** Habilidade de lembrar informações e conteúdos previamente abordados como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos etc. A habilidade pode envolver lembrar uma significativa quantidade de informação ou fatos específicos. O objetivo principal desta categoria nível é trazer à consciência esses conhecimentos.

**Compreensão:** Habilidade de compreender e dar significado ao conteúdo. Essa habilidade pode ser demonstrada por meio da tradução do conteúdo compreendido para uma nova forma (oral, escrita, diagramas etc.) ou contexto. Nessa categoria, encontra-se a capacidade de entender a informação ou fato, de captar seu significado e de utilizá-la em contextos diferentes.

**Aplicação:** Habilidade de usar informações, métodos e conteúdos aprendidos em novas situações concretas. Isso pode incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias.

**Análise:** Habilidade de subdividir o conteúdo em partes menores com a finalidade de entender a estrutura final. Essa habilidade pode incluir a identificação das partes, análise de relacionamento entre as partes e reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos. Identificar partes e suas interrelações. Nesse ponto é necessário não apenas ter compreendido o conteúdo, mas também a estrutura do objeto de estudo.

**Síntese:** Habilidade de agregar e juntar partes com a finalidade de criar um novo todo. Essa habilidade envolve a produção de uma comunicação única (tema ou discurso), um plano de operações (propostas de pesquisas) ou um conjunto de relações abstratas (esquema para classificar informações). Combinar partes não organizadas para formar um todo.

**Avaliação:** Habilidade de julgar o valor do material (proposta, pesquisa, projeto) para um propósito específico. O julgamento é baseado em critérios bem definidos que podem ser externos (relevância) ou internos (organização) e podem ser fornecidos ou conjuntamente identificados. Julgar o valor do conhecimento.



## PARA REFLEXÃO

O docente da educação profissional é, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar (MACHADO, 2008, p. 14).

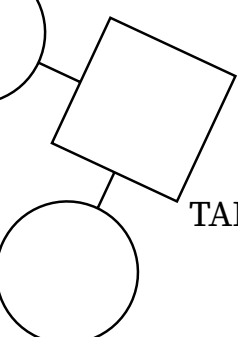
## RESUMO DA UNIDADE III

Nesta unidade, você aprendeu que:

- As etapas do processo de planejamento educacional devem estar alinhadas, principalmente, com os objetivos que se pretende alcançar e com os níveis;
- Há diferentes tipos de planejamento, com características e objetivos diferentes, mas que se inter-relacionam.

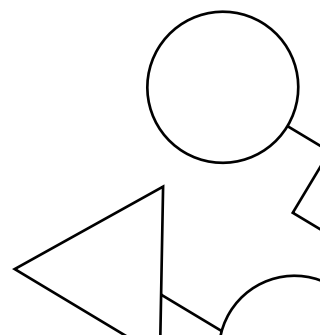
## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021.
- CASTRO, P. A. P. P.; TUCUNDUVA, C. C.; ARNS, E. M. A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. *Revista Científica de Educação*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 49-62, 2008.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO AMAZONAS – CETAM. *Guia metodológico para o ensino remoto*. Manaus: Escola de Educação Profissional a Distância CETAM EaD, 2021. Disponível em: [https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/GUIA-DO-ENSINO-REMOTO\\_EDICAO-2.pdf](https://www.cetam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/GUIA-DO-ENSINO-REMOTO_EDICAO-2.pdf). Acesso em: 04 jul. 2022.
- DIÁRIO ESCOLA. *Dicas para realizar reuniões pedagógicas eficientes*. (s.d.). Disponível em: <https://diarioescola.com.br/reunioes-pedagogicas/>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.
- HOFFMANN, J. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)
- MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Brasília, MEC, SETEC, v. 1, n. 1, jun. 2008.
- SILVA, E. F. O planejamento no contexto escolar: pela qualificação do trabalho docente e discente. In: VILLAS BOAS, B. (org.). *Avaliação: interações com o trabalho pedagógico*. Campinas: Papirus, 2017. p. 25-38.



TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VASCONCELOS, C. S. *Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad - Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 2007.



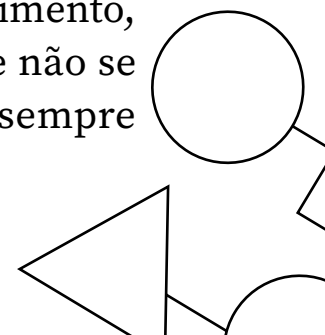
## UNIDADE IV – PROCESSOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONCEPÇÕES, CONCEITOS, PRINCÍPIOS E TIPOS



**Fonte:** Portal da Indústria, 2017.

O aprendiz não se apossa de um conjunto de saberes, abstratos e desencarnados, para uso posterior quando for o caso, mas aprende por meio do engajamento na ação. A aprendizagem é assim um processo que ocorre dentro de molduras de participação, não como ato mental isolado. A aprendizagem é sempre mediada por diferentes perspectivas entre os participantes. No processo, aprendizes se transformam radicalmente, mas os mestres também mudam por causa do resultado das interações com os aprendizes (BARATO, 2015, p. 181).

A avaliação educacional, como qualquer área do conhecimento, possui várias funções, concepções, tipos e finalidades, que não se esgotam e nem possuem um fim em si, mas que buscam sempre



aperfeiçoar processos, estimular uma reflexão e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e justa. A avaliação, de forma geral, em qualquer área do conhecimento deve ser uma estratégia expressiva, inclusive, como política pública, que proporciona um momento formativo, e não excludente. Nessa perspectiva, é importante articular as reais necessidades, tempos e ritmos de aprendizagem, dentro de uma concepção de escola justa, com estudantes cuja trajetória educacional é permeada de abandonos e desigualdades.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, iremos nos aprofundar sobre três tipos de avaliação: a da Rede de EPT, a institucional e a relacionada à aprendizagem, conforme mostra a figura abaixo:



**Fonte:** Elaboração própria.

#### **4.1 Avaliação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica: o olhar externo que “ainda” precisa ser potencializado**

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros. Nesse sentido, cabe ao MEC institucionalizar formas, metodologias, programas ou mesmo sistemas próprios e específicos de avaliação voltados à EPT.

Ressalta-se os muitos debates e discussões sobre essa necessidade, todavia, o que ainda temos, em 2022, é um esforço das instituições em realizarem, por conta própria, indicadores e pesquisas sobre a EPT, mas que são pontuais e não proporcionam a visibilidade total do contexto nacional. Esse “nó” crítico é uma obrigação legal, preconizada em vários documentos como a própria Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Portanto, a Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em larga escala<sup>10</sup> é um aspecto que necessita ser potencializado. O certo é que, diferente da Educação Básica, que possui indicadores realizados pela Prova Saeb, e o Nível Superior, com o SINAES, a Educação Profissional e Tecnológica (nível de qualificação profissional e formação técnica), ainda está às margens e não tem um sistema de avaliação próprio, que apresente indicadores que permitam mensurar a efetividade e qualidade de algumas ações. Moraes (2004, p. 16) nos mostra alguns pontos relevantes desse processo.

Avaliar é dar valor. Dar valor é valorizar. Com isso, consideramos que avaliar a EPT é condição fundamental para qualquer país que pretenda valorizar o desenvolvimento de suas forças produtivas, de seus sistemas tecnológicos, de sua economia e, principalmente, de suas condições sociais – uma vez que não devemos viver a ilusão de que um país será suficientemente desenvolvido ignorando o processo de formação de seus trabalhadores e trabalhadoras. O argumento exposto acima deveria ser suficiente para a defesa de uma avaliação sistêmica da EPT. É possível elencar, no entanto, outros que dão força ao pleito. Começando pelos princípios da equidade e da qualidade: **a avaliação educacional é uma resposta ao princípio da “garantia de padrão de qualidade” do ensino, previsto na Constituição Federal.** Se a qualidade educacional é um princípio constitucional, não há razão para restringi-la a públicos

---

10 Trata-se de “um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede” (FREITAS *et al.*, 2017, p. 44).

específicos, sendo um direito dos estudantes da educação básica, da educação superior e, também, dos estudantes da educação profissional (Grifo nosso).

Diante de tais desafios, a implementação de um sistema de avaliação para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, no contexto brasileiro, faz-se necessária por uma série de vantagens. Para Griboski e Rego (2004), pensar sobre avaliar a EPT consiste em verificar como os alunos estão aprendendo, em cursos ou programas de formação específicos, evidenciando seus pontos fortes e fracos; busca verificar se determinados subgrupos da população apresentam desempenho insuficiente; consiste também em mensurar os aspectos envolvendo rendimento acadêmico dos alunos em diferentes escalas, fatores e indicadores, inclusive de forma temporal, além de avaliar aspectos essenciais do sistema educacional, como os de acesso, qualidade, eficiência e equidade.

#### **4.2 Avaliação Institucional Interna**

Para Brasil (2006), a avaliação institucional não é uma atividade meramente técnica, é essencialmente política e ideológica, norteadas a partir do projeto pedagógico assumido pela escola, e pelo projeto social com o qual a escola está comprometida. Nas unidades de ensino de EPT, devem ser orientadas a partir da explicitação de valores, intencionalidades, expectativas e compromissos.

A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola (BRASIL, 2010, p. 77).

De acordo com Souza (1995, p. 64), o processo de avaliação institucional permite um desenvolvimento das ações, baseadas em características democráticas, abrangentes e contínuas.

- ser democrático: para considerar que os integrantes da ação educativa são capazes de assumir o processo de transformação da educação escolar sob a ótica dos interesses das camadas majoritárias da população, prevendo-se a cooperação de todos, desde a definição de como a avaliação deve ser conduzida até a análise dos resultados e escolha dos rumos de ação a serem seguidos;
- ser abrangente: significa que todos os integrantes e os diversos componentes da organização escolar sejam avaliados: a atuação do professor e de outros profissionais da escola; os conteúdos e processos de ensino; as condições, dinâmicas e relações de trabalho; os recursos físicos e materiais disponíveis; a articulação da escola com a comunidade, com grupos organizados da sociedade; as relações da escola com outras escolas e instâncias do sistema;
- ser contínuo: constitui-se efetivamente em uma prática dinâmica de investigação, que integra o planejamento escolar em uma dimensão educativa (SOUSA, 1995, p. 64).

Compreende-se, com base nas características apresentadas por Souza (1995), que a avaliação institucional contribui para o processo de transformação dos processos de trabalho, acesso e permanência dos estudantes e eficiência da gestão, garantido qualidade nas ofertas e ações da Educação Profissional e Tecnológica, como, por exemplo, uma reflexão sobre a essencialidade dos ambientes de aprendizagem disponibilizados para as aulas de EPT, pois, como bem afirma Barato (2015, p. 57), “o local onde se aprende é, como diziam os educadores de Reggio Emilia, o terceiro professor. O local onde se aprende é uma concretização de sistemas de valores; ele revela como uma profissão ou ocupação é considerada pela instituição de ensino, bem como a importância que se confere aos alunos”.

É relevante destacar que as instituições de EPT, ao realizarem uma avaliação institucional ou autoavaliação em uma perspectiva emancipatória e formativa, potencializam sua identidade e reassumem o compromisso com a qualidade da educação. É um espaço formativo



de saberes e de construção de múltiplas aprendizagens para todos que participam, e que contribui para o aprimoramento de processos, fluxos e dinâmicas da EPT, assim como para a autonomia da instituição e para todos da comunidade, incluindo alunos, servidores, sociedade e a própria instituição, conforme mencionado abaixo:

Para os alunos: na melhoria da qualidade de ensino, da infraestrutura e dos serviços prestados; Para os servidores: na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, dos planos de capacitação e alocação das atividades; Para a sociedade: na melhoria dos serviços prestados pela instituição, na melhor adequação dos cursos oferecidos ao setor produtivo da região, na participação da instituição no desenvolvimento regional, no aumento da qualidade da educação na região, na melhoria na oferta de cursos e formação profissional qualificada; Para a Instituição: na geração de indicadores necessários para nortear o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o planejamento estratégico, na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa (SILVA; ARÊAS, 2012, p. 4).

Vale a pena ainda destacar que na Educação Profissional e Tecnológica esse processo de avaliação institucional acontece por iniciativa de cada instituição de acordo com seu projeto político-pedagógico ou regimento institucional. No ensino superior, esse processo tem regulamentação própria, de acordo com os requisitos e critérios definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e, nesse sentido, compreendemos a necessidade de valorizarmos essas avaliações institucionais internas, assim como a implementação em larga escala, que, dentro da modalidade de EPT, ainda não é uma realidade.

Cabe salientar que o planejamento realizado pelas instituições de EPT necessita contemplar as demandas e necessidades, para não somente ampliar as ofertas, mas para garantir a permanência desses estudantes. Nessa perspectiva, cabe à equipe da EPT realizar uma avaliação interna sobre os índices de evasão escolar, descrevendo os possíveis motivos, para que seja elaborado um plano de ação com o intuito de monitorar os índices e as causas de evasão, com ações

inovadoras e possíveis de serem realizadas. Abaixo, segue um exemplo prático de uma situação fictícia que exemplifica esse processo de avaliação institucional.

**Quadro 8** – Exemplo de Avaliação Institucional

“Durante algum tempo, a Instituição de Educação Profissional e Tecnológica Thiago de Melo executa cursos de EPT, sobretudo, no eixo tecnológico de Gestão e Negócios e de Segurança. Esses cursos fazem parte de uma meta da Instituição, que é inserir profissionais no mundo do trabalho, em consonância com os Arranjos Produtivos Locais nos quais a Unidade está inserida. Ao realizar um estudo avaliativo das ofertas, contemplando os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar, a equipe escolar detectou que os Cursos Técnicos em Administração e Segurança do Trabalho são os cursos com maiores índices de evasão, com taxas superiores a 40%, concentradas no turno vespertino. Ao realizarem um questionário com os estudantes que desistiram do curso, perceberam que as causas mais apontadas foram: motivos de trabalho (incompatibilidade com o horário de trabalho), inserção em cursos superiores e problemas pessoais e financeiros. A partir das dificuldades relatadas pelos alunos, a equipe da escola realizou um plano de ação, com o objetivo de minimizar os índices evidenciados para as próximas ofertas”.

**Fonte:** Elaboração própria.

Como descrito acima, a avaliação institucional é primordial para qualificação das ofertas e ações de Educação Profissional e tecnológica – aspectos qualitativos. A própria unidade de EPT pode realizar diferentes levantamentos, com o objetivo de otimizar os processos e garantir o cumprimento de suas metas estabelecidas, não apenas com o intuito de atender preceitos legais e regulatórios, mas também como ato reflexivo, como afirmado abaixo por Cunha (2004, p. 27).

Os processos de avaliação são culturais. São precisos esforços intencionais para fundar as bases de participação reflexiva, pois não é essa a nossa história e vivência cotidiana. Para ultrapassar a concepção e a prática de avaliação como mera função regulatória e legalista é preciso partir de outra lógica, com outro sentido filosófico, ético e político.

Esse processo avaliativo é um caminho e estratégia para fortalecimento da EPT, por isso, não pode ser apenas “um momento” pontual. É sempre contínuo, institucionalizado e formativo. Precisa fazer parte do Plano de trabalho da unidade de EPT. A unidade necessita estabelecer momentos para refletir sobre seus processos de trabalho, a partir de questões norteadoras, como: Qual o índice de aprovação, reprovação e abandono? Em quais turnos, cursos e turmas esses índices são mais presentes? Como acontece o processo de planejamento curricular e de ensino desses cursos/turmas? Quais os perfis dos alunos e docentes desses cursos?

Essas questões acima delineadas são essenciais para um mapeamento e avaliação das ofertas de Educação Profissional e Tecnológica. Nessa linha de compreensão, a Instituição de EPT pode realizar uma meta-avaliação, ou seja, pensar e refletir sobre como os cursos e ações vêm sendo avaliados pela instituição.

Morgado *et al.* (2020, p. 373) apresentam etapas de avaliação, que podem ser realizadas antes, durante e após o curso, visando a composição de indicadores de qualidade dos cursos.

- **Antes do início do curso:** Nesse momento, a avaliação tem o objetivo de verificar o andamento dos encaminhamentos para o início do curso, conforme previsto no projeto deste. Deve ser executada antes do início das aulas, de modo a identificar as condições existentes, havendo ainda tempo, caso necessário, para as providências cabíveis.
- **Durante o curso:** Esse momento visa avaliar o processo de ensino e aprendizagem nos enfoques da atuação docente e da gestão escolar no suporte à docência. Recomenda-se que a avaliação seja realizada depois de transcorrida cerca de metade da carga horária do curso, pois haverá tempo para a implantação de ações de melhoria ainda para a turma que está cursando.
- **Ao final do curso:** O objetivo da avaliação nesse momento é verificar os efeitos das ações de melhoria implementadas no curso, se houver, por meio da comparação dos resultados obtidos nos dois processos avaliativos (durante e ao final do curso).

O Levantamento Bibliográfico realizado por Santos (2017) mostra algumas das causas de evasão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica no período de 2011 a 2016, conforme quadro abaixo numerado por ordem de frequência.

**Quadro 9** – Causas de Evasão Escolar na EPT (2011-2016)

ORDEM	CAUSA DA EVASÃO
1	Relação com o trabalho (necessidade, conciliação, área de atuação diferente, cansaço, jornadas excessivas, desemprego, aprovação em concurso público)
2	Fatores familiares e/ou pessoais (casamento, gravidez, filhos, falta de apoio)
3	Identificação com o curso (desinteresse, desmotivação, etc.)
4	Problemas com transporte (locomoção, distância, moradia, acessibilidade, ausência)
5	Dificuldade com o curso e/ou com disciplinas específicas
6	Problemas econômicos (dificuldades financeiras, alto valor do curso)
7	Estrutura curricular do curso (teoria-prática, extensão)
8	Conciliação entre horários (cursos, aulas, estudos)
9	Ingresso no ensino superior ou mudança de curso
10	Estrutura organizacional e política-pedagógica da instituição de ensino (avaliações, coordenação, etc.)
11	Questões com docentes (não preparado, desmotivado, não comprometido, sem experiência, desvalorização)

**Fonte:** Adaptado de Santos, 2017.

Abaixo, apresentamos algumas ações de intervenção com o intuito de garantir a permanência desses alunos nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica<sup>11</sup>.

11 Essas ações são reflexões do Prof. Conteudista como Gestor de uma Unidade de Educação Profissional e Tecnológica.

1. Implementar um projeto de Assistência Estudantil, sobretudo, aos alunos de cursos técnicos, pois possuem uma carga horária maior;
2. Estimular a participação discente em eventos técnicos e científicos;
3. Fomentar discussões a respeito do Projeto Pedagógico de Curso, com toda a comunidade que faz parte da EPT, inclusive com os egressos;
4. Assegurar a relação teoria-prática, por meio de realização de aulas em ambientes de aprendizagem, visitas técnicas, entre outros;
5. Ampliar o acervo da Biblioteca, mantendo-o sempre atualizado, assim como garantir o uso de laboratórios de informática com acesso à internet;
6. Ampliar e diversificar a abertura de campos de estágio ou de Práticas Profissionais.

Para prosseguirmos nesse processo de discussão sobre avaliação, convém ressaltar a importância de um olhar específico de aprendizagem para os processos da Educação Profissional e Tecnológica, reconhecendo a aprendizagem no e pelo trabalho como uma característica básica dessa modalidade de ensino.

#### **4.3 Avaliação de Aprendizagem: por que um olhar específico para os processos da EPT?**

Podemos dizer que a EPT requer uma aprendizagem significativa, contextualizada, orientada para o uso das TIC, que favoreça o uso intensivo dos recursos da inteligência, e que gere habilidades em resolver problemas e conduzir projetos nos diversos segmentos do setor produtivo (BARBOSA; MOURA, 2013, p. 5).

Iniciamos esse tópico com uma indispensável reflexão de Barbosa e Moura (2015): Existem aprendizagens específicas para a EPT. De acordo com Santos *et al.* (2020), a avaliação dedicada à EPT pode englobar medidas de aprendizagem, verificação do desempenho em atividades relacionadas às competências e habilidades do curso e também acerca das contribuições da formação para a inserção

ocupacional. No entanto, e a partir das reflexões de Hoffmann (2005), a avaliação da aprendizagem na EPT é fruto de diferentes concepções a partir da Educação Geral, ora privilegiando os aspectos individuais, hegemônicos e disciplinadores, ora, em uma perspectiva mais libertadora, os aspectos coletivos e integrais, conforme apontados no quadro abaixo.

**Quadro 10** – Concepções sobre Avaliação

CONCEPÇÃO LIBERAL	CONCEPÇÃO LIBERTADORA
Ação individual e competitiva	Ação coletiva e consensual
Concepção classificatória	Concepção investigativa e reflexiva
Intenção de reprodução das classes sociais	Proposição de conscientização das desigualdades sociais e culturais
Postura disciplinadora e diretiva do professor	Postura cooperativa entre os atores da ação educativa
Privilégio à memorização	Privilégio à compreensão
Exigência burocrática	Consciência crítica e responsável de todos sobre o cotidiano

**Fonte:** Adaptado de Hoffmann, 2005.

Destacamos, a partir de Depresbiteris e Tavares (2009, p. 53), algumas características fundamentais para que a avaliação seja um caminho de inclusão e transformação.

- A avaliação deve incluir ações contextualizadas;
- A avaliação deve abordar atividades desafiadoras;
- A tarefa, suas exigências e critérios de avaliação devem ser conhecidos antes da situação a ser avaliada; a avaliação exige formas de colaboração entre docentes;
- Ao corrigir os erros, deve-se considerar as formas individualizadas da construção do pensamento utilizadas pelos estudantes;

- A correção deve ocorrer no sentido da tomada de consciência do estudante sobre seus avanços e dificuldades visando a evolução de sua aprendizagem;
- Os critérios devem ser determinados com base nos recursos cognitivos necessários para o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil profissional;
- A autoavaliação, tanto do aluno quanto do docente, constitui avaliação formativa;
- As informações extraídas da avaliação devem considerar as aptidões dos estudantes, seus conhecimentos anteriores e seu grau atual de domínio das competências visadas;
- Os procedimentos de avaliação são observados e exigidos de todos os estudantes e deve estar presente o apoio necessário para aqueles que apresentam dificuldades.

Nesse mesmo direcionamento, que coloca o docente da Educação Profissional e Tecnológica como mediador do processo de ensino-aprendizagem, e não como “transmissor dos saberes”, o Centro de Referências em Educação Integral (2013) realizou um levantamento de algumas características que o docente necessita ter para fortalecer a aprendizagem dos estudantes. Abaixo, ressaltamos as seguintes:

**Quadro 11** – Características de atuação docente

<b>CARACTERÍSTICA DA ATUAÇÃO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Coerência	Atuar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola, compreendendo seu papel e cumprindo suas metas.
Integralidade	Compreender o estudante de forma integral, buscando identificar suas necessidades de desenvolvimento no nível intelectual, físico, emocional, social, cultural.
Empatia	Acolher as diferenças, reconhecendo que cada estudante é único, aprende de uma forma diferente e vive em um contexto próprio.
Sonhos	Conhecer os interesses, anseios e/ou o projeto de vida dos seus alunos e apoiá-los a alcançar seus objetivos.
Tempo Integral	Considerar o estudante durante todo o tempo em que está na escola, e não apenas na sua sala de aula.
Trilhas	Construir roteiros educativos que integrem disciplinas tradicionais com atividades complementares, saberes acadêmicos e populares, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.
Colaboração	Trabalhar de forma colaborativa com outros professores da escola, criando comunidades de aprendizagem para compartilhar desafios e propor estratégias articuladas que respondam às demandas do desenvolvimento integral.
Relacionamento	Estabelecer uma relação mais igualitária e dialógica com seus alunos, reconhecendo seus saberes e legitimando a sua capacidade de contribuição com seu próprio processo de desenvolvimento.



Mediação	Ser um mediador, facilitador e articulador do conhecimento, provocando o aluno a aprender a partir de seus próprios questionamentos.
Pesquisa	Convidar o estudante a perceber a realidade como objeto de estudo.
Participação	Colaborar com a equipe gestora no sentido de apontar necessidades de infraestrutura, propor projetos e ações inovadoras e se envolver com atividades do programa que extrapolem a sua sala de aula.

**Fonte:** Centro de Referências em Educação Integral, 2013.

De fato, é imperioso considerarmos as especificidades da avaliação da aprendizagem da Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo, o aprendizado e exercícios dos saberes e fazeres das formações profissionais, pois reconhecemos que uma dimensão específica da EPT é a do trabalho, já que como bem menciona Barato (2015, p. 5) “Saber fazer não é apenas uma receita que possa ser automaticamente aplicada. Saber fazer é um processo que engaja o sujeito em aventuras cognitivas bastante mais amplas que o desempenho observável”.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2021:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão contínua para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo diagnóstica, formativa e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, **na perspectiva do desenvolvimento das competências profissionais da capacidade de aprendizagem, para continuar aprendendo ao longo da vida** (Brasil, 2021, Art. 45, grifo nosso).

A título de exemplo, podemos mencionar que é possível que um técnico em enfermagem domine os princípios e protocolos básicos da enfermagem, mas que não saiba executar técnicas de aferição e verificação de sinais vitais, reconhecendo suas alterações

e empregando os cuidados de enfermagem relacionados, ou que não saiba fazer diluição e administração de medicamentos.

De igual modo, um técnico em radiologia que domine todos os conceitos de Anatomia e fisiologia Humana e os protocolos de posicionamento radiológico, mas que não consegue executá-los operacionalmente. O saber-fazer ou o aprender no e pelo trabalho é uma das marcas da Educação Profissional e Tecnológica. Por isso, a aprendizagem desses saberes necessita de instrumentos de avaliação bem definidos, pois, como afirma Barato (2015), essa ação-fazer é um tipo de conhecimento inteligente e adaptativo. Vejamos abaixo um roteiro de observação durante uma visita técnica realizada durante o Curso Técnico de Enfermagem, no componente curricular/disciplina de Semiologia e Semiotécnica<sup>12</sup>.

---

12 Tratam-se de informações fictícias, apenas para demonstração de uma atividade de observação e que demonstra as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, muito ligada aos saberes profissionais e às competências necessárias para atuação no mundo do trabalho.

**Quadro 12** – Exemplo de uma observação de saberes realizados no ambiente real de trabalho

“Os alunos do Curso Técnico em Enfermagem realizaram uma visita técnica no Hospital Jô Soares, com o objetivo de compreenderem os diferentes saberes necessários em alguns procedimentos. Durante 60 minutos, observaram os saberes-fazer realizados no procedimento de cálculo, diluição e administração de medicamentos. Esses saberes necessitam de habilidades técnicas específicas relacionadas principalmente aos conhecimentos de matemática e farmacologia, além de muito foco, assertividade e concentração, que são competências socioemocionais. Os técnicos estavam muito concentrados para realizarem os procedimentos de acordo com a prescrição médica, seguindo todos os protocolos de qualidade e segurança do paciente. Os estudantes perceberam várias dimensões do trabalho, como as relacionadas às questões ambientais (organização do local e descarte correto dos resíduos), as normas de biossegurança, dimensão econômica, e até mesmo a dimensão ética. Um dos alunos observou que, antes da aplicação da medicação prescrita pelo médico, o técnico de enfermagem esclareceu ao paciente sobre a dosagem, tipo de medicamento e os possíveis efeitos. Outra dimensão apontada pelos alunos refere-se à questão identitária, pois perceberam que apesar das muitas responsabilidades e situações, inclusive, de estresse, os técnicos gostavam do que faziam. Além disso, percebeu-se, com muita clareza, o trabalho interprofissional entre médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de limpeza e até mesmo a recepcionista, que, em dado momento, foi obter informações sobre um paciente”.

**Fonte:** Elaboração própria.

Percebemos, no exemplo acima, uma atividade prática de um curso técnico da Educação Profissional e Tecnológica, que demonstra quantos saberes e técnicas existem em uma formação profissional. O trabalho deve sempre ser assumido, na EPT, como um princípio educativo, quando se estabelece relações reais das competências técnicas e socioemocionais necessárias durante determinada formação.

Outro elemento bastante crítico, presente na Resolução CNE/CP nº 1/2021, é o da docência para a Educação Profissional e Tecnológica,

já apontada aqui como um desafio. Existe um consenso bastante significativo sobre a ruptura de uma concepção de ensino-aprendizagem bastante massificada ao longo da história da educação brasileira, a saber, a bancária, caracterizada pela ideia de “transmissibilidade de conhecimentos”, quando há, de certa forma, muitos reducionismos e fragmentações. Isso não é mais uma novidade nas reflexões sobre os saberes docentes. No entanto, no contexto da EPT, ainda é possível identificar muitas práticas de avaliação e de ensino que privilegiam o saber “repassado”, ou mesmo, como aponta Barato (2008, p. 7), que não associam teoria e prática.

Não é incomum ouvir a seguinte expressão: “é preciso explicitar os fundamentos teóricos da prática”. Quem a diz ou ouve geralmente não mostra qualquer estranheza. Aceita-a como descrição correta de uma relação entre duas instâncias completamente distintas. E mais, julga que há uma subordinação da última à primeira. Eventos de ensino são organizados com base em tal relação, sempre prevendo aulas teóricas antes das aulas práticas que fundamentam. Raramente esse modo de pensar é problematizado.

Para Allain *et al.* (2020), a avaliação da aprendizagem na EPT deve ser delineada e pensada a partir de um campo de estudo próprio, utilizando-se técnicas e instrumentos específicos que consigam avaliar as múltiplas dimensões do trabalho. Os autores mencionam que é fundamental a construção de situações avaliativas que:

- a) incorporem as diversas dimensões da técnica, como ato humano tradicional eficaz, como modo qualificado de intervenção no mundo para a produção da existência, isto é, como elemento essencial à cultura e à constituição dos laços sociais;
- b) manifestem, sempre que possível, a complexidade, os desafios, os dilemas éticos, estéticos, econômicos e ambientais da atividade profissional;
- c) coloquem o avaliado em posição de desenvolver processos, em situações profissionais mais próximas possíveis das situações laborais reais, em que poderá mobilizar recursos, encontrar meios de resolver os desafios e produzir resultados

observáveis por formadores conhecedores das comunidades da prática profissional (e, se possível, membros dessa comunidade externos à escola);

d) permitam observar o engajamento do avaliado nos processos técnicos, mas também em uma comunidade de práticas, cujos traços de pertencimento que irão despontar vão desde linguagem técnica (e outras formas comunicacionais características), postura, vestimenta, modos de manuseio de equipamentos e instrumentos, até valores incorporados, negociados e apropriados.

Nessa perspectiva, o docente de determinado componente curricular/disciplina ou curso da EPT necessita compreender os saberes do trabalho relacionados. O que, por vezes, visualizamos são docentes que trabalham em vários cursos, inclusive de eixos tecnológicos diferentes, com componentes curriculares/disciplinas básicas, mas que não relacionam a sua ação aos saberes daqueles cursos.

#### **4.3.1 A avaliação da aprendizagem durante os Estágios Supervisionados da Educação Profissional e Tecnológica**

Avaliar competências significa observar o aluno em suas capacidades de pensar e agir eficazmente em uma situação, buscando soluções para enfrentá-la, apoiado em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. O aprender envolve situações interativas, engajamento pessoal e a busca de conhecimentos em momentos sucessivos e complexos (HOFFMANN, 2009, p. 62).

A etapa dos estágios supervisionados, quando previstos nos projetos pedagógicos dos cursos, é, indiscutivelmente, um dos momentos mais aguardados pelos alunos e necessita de muito envolvimento de toda a equipe escolar, inclusive dos alunos. Requer planejamento e acompanhamento pedagógico durante todo o processo para que sejam garantidas as competências necessárias para o exercício profissional. No Art. 34 da Resolução CNE/CP nº 1/2021, o Estágio Supervisionado, desenvolvido em ambiente real de trabalho, é assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição

de ensino, em regime de parceria com organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho. Soares *et al.* (2013, p. 16-17) realizam uma etnografia desse processo de aprendizagem, envolvendo o docente de EPT (denominado nesse processo de preceptor de estágio) e os estudantes.

O preceptor deve extrair das situações complexas e contraditórias de seu exercício profissional diário a possibilidade de superar obstáculos e construir alternativas de solução. Exercer estratégia educativa que favoreça uma atitude reflexiva e emancipadora. O preceptor deve ter a capacidade de integrar os conceitos e valores da escola e do trabalho, ajudando o profissional em formação a desenvolver estratégias factíveis para resolver os problemas cotidianos da atenção à saúde. Supervisionar e orientar no processo de decisão em questões éticas e morais da profissão. Pela natureza e extensão das relações desenvolvidas entre os preceptores e os novos profissionais, o preceptor pode ter, além da função de ensinar, as de aconselhar, inspirar e influenciar no desenvolvimento dos menos experientes. Muitas vezes, os preceptores servem de modelo para o desenvolvimento e crescimento pessoal dos recém-graduados e, ainda, auxiliam na formação ética dos novos profissionais durante determinado período de tempo, funções típicas de um mentor.

É durante os estágios supervisionados que os estudantes conseguem estabelecer conexões necessárias de suas aprendizagem e percepções sobre aspectos que envolvem sua escolha profissional, como a aplicação de técnicas e procedimentos, e um olhar crítico da realidade.

O conhecimento é uma atividade da consciência, que por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico, uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não podem jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso a reflexão da realidade pela consciência é constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução (LESSA; TONET, 2011, p. 48).

Nessa etapa, as questões socioemocionais são mais evidentes. Ao acolher um paciente, por exemplo, necessitam ter empatia e resiliência emocional diante da situação vivida por ele. Ou seja, são diferentes situações de aprendizagem, que talvez, durante as salas de aulas ou mesmo em visitas técnicas, não desenvolveriam. A etapa de Estágio Supervisionado é um momento de mobilização de diferentes saberes, sobretudo, referentes às habilidades (saber-fazer), conforme aponta Marise Ramos abaixo:

As habilidades, ou o saber fazer, são os componentes da competência explicitáveis na ação. Figura polêmica das discussões sobre a teoria das competências, ela é um híbrido de recurso e resultado. Em outras palavras, quando as capacidades são colocadas a serviço da ação, competências são desenvolvidas e se tornam aprendizados interiorizados pelos sujeitos. Essas competências consolidadas como aprendizados profundos passam a fazer parte da estrutura de pensamento e de ação dos sujeitos, na forma como Bourdieu e também Perrenoud chamam de *habitus*. Ao mesmo tempo, essas habilidades são mobilizadas pelas capacidades junto com os saberes e o saber-ser para se constituírem novas competências. Pelo fato de as habilidades serem a dimensão mais explicitável da competência, são elas que, normalmente, tornam-se indicadores de desempenho com vistas à avaliação do desenvolvimento da competência prevista” (RAMOS, 2001, p. 49-50).

Por isso, a forma de avaliação dessa etapa da formação profissional dos estudantes necessita ser pensada de forma que contemple todos os saberes evidenciados, como: Princípios éticos, responsabilidade, iniciativa, criatividade, pontualidade, relacionamento interpessoal, espírito de equipe, interesse e apresentação pessoal, capacidade de tomar decisões, além do domínio dos conhecimentos para a etapa do estágio e demonstração do domínio técnico e habilidades nas atividades planejadas.

**Quadro 13** – Estudo de caso de aprendizagem no estágio**EXEMPLO REFLEXIVO I - PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NO ESTÁGIO**

Dois alunos do curso de gastronomia fazem estágio no açougue do hotel e, na distribuição de tarefas, recebem a incumbência de realizar corte de 25 quilos de peixe. O cardápio, que prevê self service para um grande grupo de uma convenção, inclui porções pequenas de peixe. Por isso, as postas devem ter apenas cerca de 70 gramas. O instrutor faz uma demonstração e pede aos alunos que continuem o serviço. Os estagiários começam a cortar peixe pela primeira vez e têm grande dificuldade para estabelecer que tamanhos de corte produzirão postas com cerca de 70 gramas. Tateiam cada peixe que levam à bancada. Tentam usar os cortes do instrutor como modelos, mas ainda assim têm grande dificuldade para estabelecer relações visuais entre a porção desejável e cada parcela de peixe que se corta para determinar os cortes que devem ser feitos. Enfrentam, dessa forma, um problema relativamente difícil.

**Fonte:** Barato, 2015.

Com base no estudo de caso acima, podemos mencionar que a aprendizagem na EPT possui dimensões complexas, que exigem o uso de diferentes sentidos e habilidades. No caso acima, é necessário, além das aprendizagens das técnicas do uso dos cortes, a aquisição de competências socioemocionais, como engajamento com os outros, tolerância à frustração e determinação, para concluírem a atividade. Portanto, como argumenta Barato (2015, p. 72),

as relações dos aprendizes/trabalhadores com os objetos de seus ofícios não se reduzem a um domínio técnico ou a um uso apenas profissional. Para que se estabeleçam, essas relações precisam ganhar significado, o que, nesse contexto, não é apenas semântico, mas experiência.



### 4.3.2 Avaliar e reconhecer os saberes adquiridos no mundo do trabalho

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2021, em seu Art. 46, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica. Uma dessas possibilidades que constam no Art. 46 refere-se ao reconhecimento dos saberes adquiridos no mundo do trabalho. Esse processo pode ser realizado de forma que essas experiências sejam aproveitadas durante o processo formativo dos estudantes. O exemplo abaixo evidencia um caso que demonstra essa possibilidade<sup>13</sup>.

#### **Quadro 14** – Exemplo de uma situação envolvendo avaliação por competências

“Jackeline é aluna da Especialização Técnica de Nível Médio em Logística: Planejamento e Controle de Produção (PCP), que possui uma carga horária de 420 horas, sendo 120 horas dedicadas ao componente curricular/disciplina de Estágio Supervisionado. A aluna atua há 15 anos em uma empresa de logística na área de PCP, e percebeu que o Regimento da Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, onde realiza o curso, possibilita avaliação de competências para os alunos que são trabalhadores e que atuam no mundo do trabalho. Verificou toda a documentação que necessitava para entrar com o requerimento solicitando avaliação para que não tivesse a necessidade de realizar a etapa do estágio supervisionado, já que possuía as competências necessárias descritas no Projeto Pedagógico do Curso. O documento foi posteriormente deferido pela coordenação, que deu as devidas informações sobre sua prova prática, que foi realizada a partir de todas as competências descritas no PPC, e alinhadas ao Perfil Profissional de Conclusão. A aluna foi aprovada na avaliação de competências e teve, portanto, os saberes que adquiriu no mundo do trabalho avaliados, reconhecidos e validados”.

**Fonte:** Elaboração própria.

13 Trata-se de um caso fictício, com o objetivo de exemplificar o processo de avaliação dos saberes adquiridos no mundo do trabalho.

No exemplo acima, percebemos que, na Educação Profissional e Tecnológica, é possível reconhecer os saberes adquiridos no mundo do trabalho. Além disso, conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2021, em seu Art. 46, há outras possibilidades, a saber:

I – em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

II – em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

III – em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

IV – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

### IMPORTANTE

Conforme o parágrafo único do Art. 45 da Resolução CNE/CP nº 1/2021, as instituições de Educação Profissional e Tecnológica podem, respeitadas as condições de cada instituição e rede de ensino, oferecer oportunidades de nivelamento de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação da aprendizagem.

## 4.4 Técnicas, Modelos e Instrumentos de avaliação

A EPT requer uma aprendizagem significativa, contextualizada, orientada para o uso das TICs, que favoreça o uso intensivo dos recursos da inteligência, e que gere habilidades em resolver problemas e conduzir projetos nos diversos segmentos do setor produtivo. Como contraponto, podemos dizer que a aprendizagem em EPT deve estar cada vez mais distante da aprendizagem tradicional,

fundamentada no poder do verbo, teórica e dependente do uso intensivo da memória (BARBOSA; MOURA, 2013, p. 52).

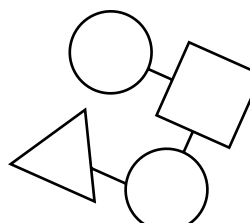
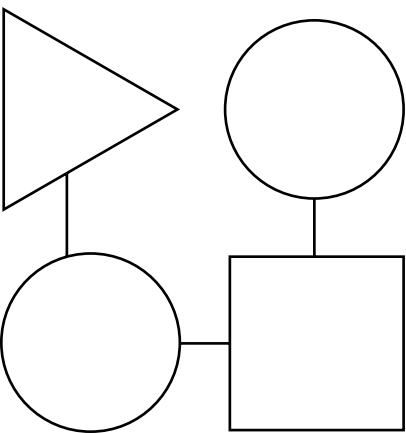
O registro acima assinalado por Barbosa e Moura evidencia a importância metodológica para o processo de ensino-aprendizagem no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Assim, abaixo, há sugestões de estratégias avaliativas com suas definições e características<sup>14</sup>, que podem ser utilizadas pelos docentes da EPT.

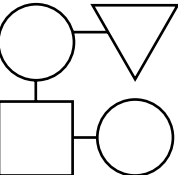
**Quadro 15 – Estratégias de Avaliação**

ESTRATÉGIA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLO PRÁTICO
Portfólio	O portfólio é um procedimento que permite ao aluno realizar a autoavaliação para a aprendizagem. Deve ser acrescido de comentários ou reflexões sobre o que aprende, como aprende e por que aprende, além de favorecer o diálogo com o docente, possibilitando a realização de feedback constante (DISTRITO FEDERAL, 2014).	Os alunos do curso de Qualificação Profissional em Agentes Indígenas de Saúde realizarão um Portfólio de todas as ações e práticas educativas que realizaram em seus territórios, e apresentarão à comunidade escolar, com o intuito de mostrar as aprendizagens adquiridas ao longo do curso.
Mapa Conceitual	Trata-se basicamente de uma técnica não tradicional de avaliação que busca informações sobre os significados e relações significativas entre conceitos-chave da matéria de ensino segundo o ponto de vista do aluno (MOREIRA, 1997, p. 5).	Em uma atividade sobre o Sistema de Gerenciamento de Resíduos, os alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente, realizaram um mapa conceitual apontando os principais conceitos, estruturas e funções.

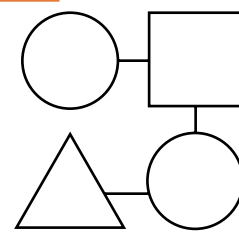
14 Foram realizadas adaptações dos instrumentos publicados na Revista Nova Escola. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>.

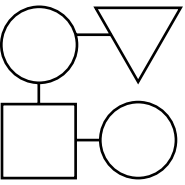
Gamificação	<p>Trata-se de uma técnica que utiliza “o desafio, objetivos, níveis, sistema de feedback e recompensa típico dos ambientes de jogo e se constitui na utilização da mecânica dos games em cenários non games, criando espaços de aprendizagem mediados pelo desafio, pelo prazer e entretenimento. Compreendemos espaços de aprendizagem como distintos cenários escolares e não escolares que potencializam o desenvolvimento de habilidades cognitivas (planejamento, memória, atenção, entre outros), habilidades sociais (comunicação assertividade, resolução de conflitos interpessoais, entre outros) e habilidade motoras (ALVES; DINIZ; MINHO, 2014, p. 76).</p>	<p>Durante o componente curricular/disciplina de Gestão de pessoas, o docente promoveu uso de jogos empresariais como método de engajamento em gestão de pessoas em projetos específicos.</p>
Relatórios	<p>Constitui um documento escrito pelo aluno, em forma de narrativa, a fim de expressar um estudo ou uma atividade desenvolvida (...). O uso do relatório é indicado para situações que envolvam relatos de experimentos ou práticas vivenciadas pelo grupo, como excursões, visitas a museus, feiras ou outros ambientes e outras situações de ensino, nas quais prevaleça a necessidade de um relato (RAMPAZZO, 2011, p. 17).</p>	<p>Durante o componente curricular de Planejamento, os alunos do Curso Técnico em Agrimensura realizarão uma visita técnica com o objetivo de conhecerem o planejamento de loteamentos, desmembramentos e obras de engenharia e locação. Ao final, apresentarão, como atividade avaliativa, um relatório de todo o processo que envolveu a visita.</p>



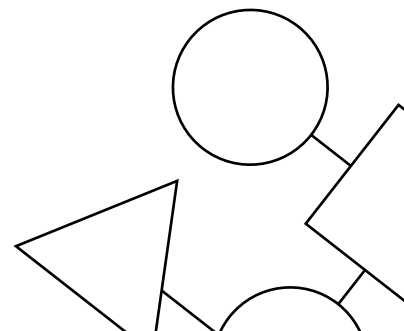


Dinâmica de Grupo	Quando é necessário promover a integração da turma e intensificar a interação dos alunos entre si e com o docente. Podem ser utilizadas dinâmicas de “quebra-gelo”, dinâmicas para levantamento de interesses e necessidades dos alunos, dinâmicas para engajar os alunos num novo desafio (SENAI, 2020).	Os alunos do Curso de Atualização Profissional em Saúde Mental e Rede de Atenção Psicossocial realizarão uma dinâmica com balões para estimular uma reflexão sobre as atitudes e comportamentos.
Autoavaliação	Processo que oportuniza ao estudante analisar seu desempenho e perceber-se como corresponsável pela aprendizagem. Pode ser registrada de forma escrita ou ser feita oralmente. Requer orientação do professor, a partir dos objetivos de aprendizagem e do reconhecimento dos princípios éticos (DISTRITO FEDERAL, 2014).	Em uma atividade sobre uma atividade prática de Sinais Vitais, realizada em uma Feira Pública, os alunos do Curso Técnico em Enfermagem realizaram uma autoavaliação destacando os conhecimentos técnicos e socioemocionais aplicados, e uma análise sobre as dimensões que fazem parte do processo saúde-doença.
Observação	É um instrumento que realiza o registro das aprendizagens, a partir de características e elementos pré-definidos.	Durante a atividade de Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Estética, o professor realiza atividades de observação, para verificar a aplicação dos conhecimentos técnicos realizados pelos alunos durante as atividades em ambiente real de trabalho.
Dramatização	Consiste em uma representação fictícia ou a partir de um caso real, explicitando forma de agir, características de algum processo de trabalho do campo profissional, sempre com criatividade, inovação e comunicação. Movimenta diferentes habilidades visando refletir e analisar determinado fato ou conceito.	Alunos do Curso Técnico em Vendas realizaram uma encenação entre vendedor e cliente sobre determinado produto, apresentando as principais técnicas de vendas.





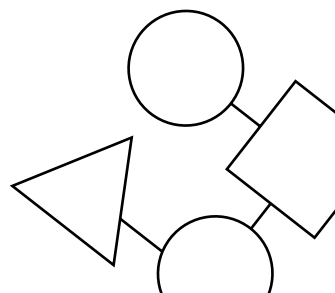
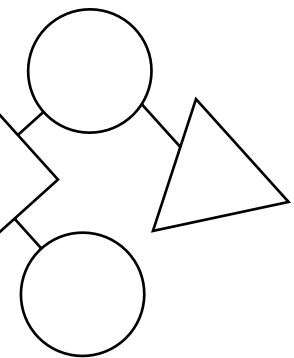
Estudo de Caso	É uma análise detalhada e profunda de uma situação real, que precisa ser refletida com o objetivo de levantar hipóteses, soluções e conceitos.	Alunos do Curso Técnico em Segurança do Trabalho realizaram estudo aprofundado sobre o rompimento de Barragem em Mariana (MG).
Visitas Técnicas	Trata-se de uma atividade realizada em ambiente real de trabalho, com o intuito de aproximar os alunos dos diferentes campos onde atuarão.	Alunos do Curso de Especialização Técnica em Radioterapia realizam atividade guiada para conhecerem os equipamentos de radioterapia e os procedimentos de posicionamento, de simulação e planejamento.
Projetos Técnicos	É uma alternativa metodológica que mobiliza diferentes tipos de habilidades, desenvolvendo materiais, soluções e propostas específicas, com um planejamento detalhado e sistemático.	Alunos do Curso técnico em Automação Industrial realizam um projeto técnico para automação dos processos de fundição de determinada empresa.
Simulações	É uma projeção antecipada de atividades reais do mundo do trabalho, que permite aos estudantes uma preparação e análise da situação.	Alunos do Curso Técnico em Enfermagem realizaram uma Simulação de Primeiros Socorros. De igual modo, os alunos de Segurança do Trabalho realizarão simulados utilizando as técnicas de combate a incêndios.
Aprendizagem mediada por Obras	É uma estratégia de cunho “prático”, quando há uma experiência de aprendizagem a partir de uma realização da obra (serviço ou produto) de um determinado campo profissional (BARATO, 2015).	Realização de um prato típico da região, durante o componente curricular do Curso Técnico em Gastronomia.



Roda de Conversa	Trata-se de uma atividade interativa, que permite a construção de um diálogo aberto e reflexivo sobre determinado tema. Permite ao docente observar quais alunos conseguem apresentar ideias, opiniões, contrapontos e argumentações.	Alunos do Curso de qualificação profissional em Alimentador de Linha de Produção realizam uma roda de conversa para tratar sobre os desafios e perspectivas da profissão.
Workshop	Esta estratégia promove o debate, a troca de ideias, a exposição e a aplicação de técnicas, permitindo a interatividade entre os participantes. É uma atividade de caráter prático para aprofundar um determinado tema. Pode ser dividido em quatro etapas: exposição, aplicação, debate e fechamento (WESSLER; GONÇALVES, 2021, p. 15).	Como parte integrante da avaliação final do Curso, os alunos do Curso Técnico em Agroecologia realizarão momento para discutir processos de produção agrícola de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.

**Fonte:** Elaboração própria.

Ressalta-se, ainda, que as estratégias de avaliação apresentadas acima são apenas algumas das **possibilidades**. A Educação Profissional e Tecnológica tem muitas dimensões, complexidades e especificidades. É um campo em construção...



## PARA REFLEXÃO

O planejamento pedagógico acaba por revelar múltiplos direcionamentos, e está diretamente vinculado ao processo avaliativo. Isto porque as decisões metodológicas estabelecem as condições de aprendizagem e, por decorrência, condições amplas ou restritas e acompanhamento do processo de conhecimento (HOFFMANN, 2009, p. 70).

## RESUMO DA UNIDADE IV

Nesta unidade, você aprendeu que:

- Existem vários tipos de avaliação aplicados à Educação Profissional e Tecnológica: a da Rede de EPT, a avaliação institucional e a avaliação da aprendizagem;
- A avaliação necessita compreender a complexidade das relações existentes no processo de ensino-aprendizagem. Há muitas questões envolvidas que estão além do alcance do professor e da instituição de EPT, como: violência, vulnerabilidade social, pobreza, drogas, etc;
- É primordial o docente e a instituição de EPT realizarem, de forma contínua e ética, uma reflexão a partir de seus processos de trabalho;
- Há muitas possibilidades de estratégia avaliativa no campo da EPT.



## ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Sobre a avaliação na Educação Profissional e Tecnológica, assistir aos vídeos:

<https://www.youtube.com/watch?v=aawZbprQzDw>

<https://www.youtube.com/watch?v=NI6wA89whdw>

## REFERÊNCIAS

- ALLAIN, O.; GRUBER, C.; WOLLINGER, P. R. O que avaliar em educação profissional? Princípios epistemológicos da formação de trabalhador. *In: MORAES, G. H. et al. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.
- ALVES, L.; MINHO, M. Jogar, experimentar e criar: relatos de experiências formativas gamificadas para professores da educação profissional. *In: XV SBGames - 2016*, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.sbgames.org/sbgames2016/downloads/anais/157819.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- BARATO, J. N. *Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para o ensino profissional*. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Loj/Desktop/Jarbas%20Barato%201.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- BARATO, J. N. *Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica*. Brasília: UNESCO, 2015.
- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. *B. Tec. Senac*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, maio-ago. 2013.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. *Qual o papel dos professores e como estimular a participação dos estudantes?* 23 set. 2013.

Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/metodologias/papel-dos-professores-e-participacao-dos-estudantes-nas-escolas-de-educacao-integral/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CUNHA, M. I. Auto-Avaliação como Dispositivo Fundante da Avaliação Institucional Emancipatória. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, v. 9, n. 4, p. 23-32, dez. 1997.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M. R. *Diversificar é preciso: Instrumentos e Técnica de Avaliação da Aprendizagem*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Diretrizes de Avaliação Educacional – Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala*. Subsecretaria de Educação Básica. Brasília, 2014-2016.

GRIBOSKI, C. M.; RÊGO, R. M. L. As matrizes de referência da avaliação educacional em larga escala na Educação Profissional e Tecnológica. *In: MORAES, G. H. et al. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

HOFFMANN, J. *Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista*. 36. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

HOFFMANN, J. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.; SILVA, S. S. M. O.; SANTOS, R. Por uma Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica. *In: MORAES, G. H. et al. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

MORGADO, F. E. P.; RODRIGUES, G. B.; ARAÚJO, C. M. M.; NAKATANI, H. Avaliação da educação profissional: a experiência do Senai. *In: MORAES, G. H. et al. (org.). Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

PORTAL DA INDÚSTRIA. Educação profissional pode aumentar as chances de conseguir um emprego. 10 jul. 2017. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/educacao-profissional-pode-aumentar-as-chances-de-conseguir-um-emprego/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

- RAMOS, M. *Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho educação*. Niterói, 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.
- RAMPAZZO, S. R. R. *Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem*. Produção Didático-Pedagógica apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). NRE – Londrina, 2011.
- SANTOS, R.; MORAES, G. H.; SILVA, S. S. M. O.; ALBUQUERQUE, A. E. M. A educação profissional no Brasil: análise das diferenças ocupacionais e de rendimentos. In: MORAES, G. H. *et al.* (org.). *Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.
- SANTOS, T. A. *Evasão e permanência da educação profissional técnica de nível médio do Pronatec no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, S. V.; AREAS, C. A. C. *Avaliação Institucional*. 2012. Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- SOARES, Â. C. P. *et al.* A importância da regulamentação da preceptoria para a melhoria da qualidade dos programas de residência médica na Amazônia Ocidental. *Cadernos ABEM*, Rio de Janeiro, v. 9, out. 2013. Disponível em: [http://abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2016/06/CadernosABEM\\_Vol09.pdf](http://abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2016/06/CadernosABEM_Vol09.pdf). Acesso em: 15 fev. 2018.
- WESSLER, R.; GONÇALVES, H. H. L. A educação profissional e a metodologia de ensino no Senai: reflexões acerca das situações de aprendizagem significativas e das estratégias de aprendizagem desafiadoras. *Ciênc. gestão foco*, São Paulo, v. 2, 2021.

## ATIVIDADE AVALIATIVA Nº 2

Caro(a) estudante,

Parabenizo você pelo esforço e dedicação neste componente curricular de Planejamento Educacional e Processos de Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Para fecharmos as duas últimas unidades, faremos uma atividade avaliativa com o valor de 5,0 pontos. Nessa atividade, você deverá realizar um Plano de Aula, considerando todo o processo de planejamento, seus níveis, etapas, concepções e instrumentos de avaliação. Mas, antes de iniciar essa atividade, aproveite para reforçar algumas orientações.

- O plano de aula deve ser planejado apenas para uma aula de 4 (quatro) horas e não para o curso todo ou componente curricular, por isso, as atividades dimensionadas e objetivos propostos devem atender a esse tempo.
- Deve ser direcionado para os processos de ensino-aprendizagem da Educação Profissional e Tecnológica, por isso, é fundamental que seja escolhido o nível da EPT a que o plano estará vinculado, ou seja, cursos de qualificação profissional, técnicos, especialização técnica ou superiores de tecnologia.
- O plano deverá ser entregue ao Professor de Apoio Local até o último dia de aula do componente curricular. A socialização do Plano de Aula poderá acontecer, a critério do Professor de Apoio Local, de acordo com as especificidades do município.

Abaixo, seguem os critérios de avaliação do plano de aula:

ORDEM	ITENS A SEREM AVALIADOS	GRAU DE AVALIAÇÃO
1	Pontualidade da entrega do plano de aula	(0 – 0,5)
2	Clareza dos objetivos e sua adequação ao conteúdo	(0 – 1,0)
3	Escolha adequada dos procedimentos metodológicos, em conformidade com os objetivos do plano	(0 – 1,0)
4	Estratégia de avaliação da aprendizagem pertinente ao objeto de estudo e à aula a ser desenvolvida	(0 – 1,0)
5	Referências bibliográficas adequadas, de acordo com a temática escolhida	(0 – 0,5)
6	Exequibilidade do Plano: Verificar se a proposta do plano é possível de ser realizada dentro de uma aula (4 horas)	(0 – 1,0)

Abaixo, segue o modelo de plano de aula a ser utilizado nesta atividade avaliativa.

## PLANO DE AULA

<b>Nome do autor (docente) do plano:</b> Colocar seu nome completo
<b>Nome da Instituição:</b> Nome fictício da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.
<b>Eixo Tecnológico:</b> Informar qual eixo tecnológico da Educação Profissional e Tecnológica: Segundo o Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, a EPT possui 13 eixos, a saber: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.
<b>Nome do Curso:</b> Ex.: Técnico em Massoterapia (O curso deverá estar alinhado ao eixo tecnológico, apontado no item anterior. Ex.: Se o curso escolhido for técnico em Massoterapia, devo colocar, conforme o catálogo de cursos técnicos do MEC, o eixo de Ambiente e Saúde).
<b>Nome do Componente Curricular ou Curso de Qualificação:</b> Ex.: Técnicas Básicas de Massoterapia. Informar o nome do componente curricular/disciplina a ser trabalhado.
<b>Tema da Aula:</b> Ex.: Massagem com pedras quentes e frias
<b>Duração da aula:</b> 4 horas

**Objetivo Geral:** Deve ser iniciado com o verbo no infinitivo e deve representar a expectativa de aprendizagem do aluno após a aula. É o resultado mais amplo esperado dos alunos quanto às competências/habilidades/atitudes a serem adquiridas.

**Objetivos Específicos:** Relaciona-se a cada uma das etapas necessárias para aquisição das competências/habilidades/atitudes previstas.

### **Procedimentos Metodológicos:**

#### **1º Momento – Motivação**

Descrever como será a apresentação e introdução do tema da aula, a relação entre os conteúdos que serão expostos e dialogados em sala com a realidade dos discentes por meio de exemplos simples e de fácil entendimento, a fim de despertar neles o interesse pelo assunto, bem como a interação e ligação entre o conteúdo e a realidade.

#### **2º Momento – Desenvolvimento e aprofundamento do tema da aula**

Descrever como será feito o aprofundamento do tema da aula, com exemplos retirados do contexto profissional relacionado ao curso e ampliação dos conteúdos. Deverá prever momentos de diálogo com os discentes para realização de análises, interpretações, debates sobre os conceitos estudados, atividades teórico-práticas. É importante que nesse momento considere também a abordagem de uma ou mais competências socioemocionais.

#### **3º Momento – Fechamento da aula**

Deverá ser descrita como será feita a revisão dos conteúdos estudados, com a retomada dos conceitos iniciais e uma síntese sobre o tema, enfatizando sua contribuição para a construção do conhecimento e sua aplicação na prática.



**Recursos didáticos:** Listar todos os recursos que serão necessários para a aula de 4 (quatro) horas. Exemplos:

- *Notebook*;
- Projetor de multimídia (datashow);
- Pincel;
- Lousa branca;
- Caixa de som;
- Apostilas.

**Avaliação da Aprendizagem:**

Destacar os instrumentos de avaliação utilizados, enfatizando as etapas da avaliação, com destaque para os aspectos qualitativos predominando sobre os quantitativos. Nesse sentido, pode-se incluir nesse processo a observação em relação à participação, ao interesse e ao desempenho dos estudantes em todos os momentos do desenvolvimento das atividades, bem como da capacidade de trabalhar de forma interativa nas atividades coletivas. Na última unidade desse e-book, há várias sugestões de estratégias avaliativas que podem ser utilizadas.

**Referências:**

- Indique as referências bibliográficas mais necessárias, considerando tanto as que embasaram a elaboração do plano como as que ainda terão de ser consideradas para sua execução.
- Indique, se possível, também filmografia, documentos, textos, fontes de informação confiáveis disponíveis na internet. Se preferir, pode organizar as referências bibliográficas em itens:
  - Bibliografia
  - Videografia
  - Sites

## EXEMPLO PRÁTICO DE PLANO DE AULA

<b>Nome do autor (docente) do plano:</b> Salatiel da Rocha Gomes
<b>Nome da Instituição:</b> Instituição de Educação Profissional e Tecnológica Mário de Andrade.
<b>Eixo Tecnológico:</b> Ambiente e Saúde
<b>Nome do Curso:</b> Técnico em Enfermagem
<b>Nome do Componente Curricular:</b> Psicologia aplicada à oncologia
<b>Tema da Aula:</b> A relação da equipe de saúde com o paciente oncológico
<b>Duração da aula:</b> 4 horas
<b>Objetivo Geral:</b> Compreender o papel da equipe de Saúde no processo de tratamento do paciente oncológico. <b>Objetivos Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar a composição das equipes no processo de tratamento oncológico;</li><li>• Verificar os protocolos de qualidade e segurança do paciente nas ações técnicas oncológicas;</li><li>• Apresentar propostas que possam fortalecer a integração equipe de saúde e pacientes oncológicos.</li></ul>

**Procedimentos Metodológicos:**

**1º Momento – Motivação (1 hora):** Será realizado o acolhimento dos alunos na sala de aula e uma dinâmica de grupo com balões e música, intitulada “Todos somos diferentes”, quando todos deverão se perceber como integrantes da equipe de saúde, reconhecendo seu papel no processo de humanização. Ao final da dinâmica deverão, de maneira breve, mencionar algumas das atitudes que um membro da equipe deve ter no tratamento de pessoas com oncologia.

**2º Momento – Desenvolvimento e aprofundamento do tema da aula (1 hora e 30 minutos):** Iniciar a aula apresentando um vídeo de 20 minutos que aborda a importância do suporte da equipe de saúde ao paciente terminal e sobre os cuidados paliativos como proteção ao paciente. Após isso, será realizada uma apresentação, em *Powerpoint*, sobre os protocolos de qualidade e segurança do paciente nas ações técnicas oncológicas.

**3º Momento – Fechamento da aula (1 hora):** Após a apresentação do vídeo e da exposição dialogada do material, em *Power Point*, os estudantes deverão se reunir em grupos de 5 pessoas, e apresentar uma proposta, por meio de uma cartolina, que visa o fortalecimento da integração das equipes de saúde com os pacientes oncológicos.

**Recursos didáticos:**

- *Notebook*;
- Projetor de multimídia (*datashow*);
- Pincel;
- Lousa branca;
- Caixa de som;
- Balões;
- Cartolina.

**Avaliação da Aprendizagem:**

Valor da atividade avaliativa: 3,0 (três) pontos

**Participação (1 ponto):** Os alunos serão avaliados durante a participação nas atividades da dinâmica de grupo, na exposição do vídeo e dos slides e na apresentação da proposta de integração das equipes de saúde com os pacientes oncológicos.

**Apresentação do material em grupo (2 pontos):** Durante o terceiro momento, os alunos deverão apresentar propostas que visem o fortalecimento e integração das equipes de saúde com os pacientes oncológicos. Nesse sentido, como critérios de avaliação, as propostas deverão estar alinhadas com o tema da discussão, incorporando os itens levantados durante a apresentação realizada por meio dos vídeos e da exposição dialogada, ou seja, devem suscitar aspectos que envolvam as habilidades técnicas e socioemocionais.

**Referências:**

FERREIRA, A. P. Q.; LOPES L. Q.; MELO, M. C. B. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, dez. 2011. Acesso em: 22 jan. 2021.

SANTOS, F. S. *Cuidados Paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer*. São Paulo: Atheneu, 2009.

UnBTV. *Diálogos: cuidado paliativo no tratamento do câncer*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wiT7p-manxk>. Acesso em: 22 jan. 2021.

**Valor total da Atividade: 5,0 pontos**

## LISTA DE SIGLAS

**CETAM** – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

**CNCST** – Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

**CNCT** – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CP** – Conselho Pleno

**EP** – Educação Profissional

**EPT** – Educação Profissional e Tecnológica

**FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**MEC** – Ministério da Educação

**MCTIC** – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação

**PEE** – Plano Estadual de Educação

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PPC** – Projeto Pedagógico de Curso

**PPCP** – Projeto Pedagógico de Certificação Profissional

**SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**SISTEC** – Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

## **SOBRE O PROFESSOR CONTEUDISTA**

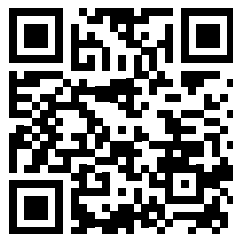
Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/ICHL), mestre em Educação (UA/UFAM), mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia(UEA); especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO), especialista em Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Saúde Coletiva (UFRGS) e licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Possui formação técnica em Administração de Materiais e Logística pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e participa do grupo de pesquisas em Fundamentos da Educação e Ensino de Ciências (UEA) e do grupo de pesquisa em Processos Civilizadores na Pan Amazônia (UFAM). Atualmente, exerce a função de Analista Técnico Educacional do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), professor da SEMED/AM, membro do Comitê Técnico Profissional do CETAM (COTEP), Membro da Comissão de Articulação do Novo Ensino Médio ( SEDUC e CETAM), membro da Comissão de Ensino e Pesquisa do CETAM, membro da Comissão de Integração ensino-serviço-comunidade (CIES) e Diretor da Escola Técnica do SUS no Amazonas.

Dezembro de dois mil e vinte e dois, quatorze anos da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar, entre outras coisas, as ações da educação profissional e tecnológica.



para conhecer mais da editoraUEA e de nossas publicações,  
acesse o qr code abaixo



[editora.uea.edu.br](http://editora.uea.edu.br)

ueaeditora



